



**ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA TRINTA DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E ONZE.**

----- No dia trinta de dezembro de dois mil e onze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e quarenta minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: José Domingos Abreu Coelho (justificada), António de Almeida de Jesus Lopes (não justificada), José Esteves Correia (justificada). E para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuído, fica a seguir transcrita: -----

----- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:** -----

- A Assembleia Municipal recebeu vários convites, de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

- Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

- A Assembleia Municipal do Município de Oliveira do Hospital, comunicou que em reunião ordinária realizada no dia 30 de setembro do corrente ano, deliberou, por unanimidade, aprovar a Monção: “A região em que se insere o Município de Oliveira do Hospital há muito tempo carece de vias estruturantes de interesse nacional, regional e local, pelo que a construção dos traçados do IC 6, IC 7 e IC37, se reveste de fundamental importância, no sentido de ultrapassar a profunda debilidade que constitui a falta de acessibilidades ao Concelho de Oliveira do Hospital e a toda esta região da Serra da Estrela. -----

- A Assembleia Municipal do Município de Seia, comunicou que em reunião ordinária realizada no dia 26 de setembro do corrente ano, deliberou, por unanimidade, aprovar a Monção: “IC 6, IC 7 e IC37”. -----

- O Comandante do Regimento de Infantaria nº 14, informa que se encontra disponível para continuar uma franca e leal colaboração durante o período de desempenho desse cargo. -----

- A Assembleia de Freguesia de Ranhados, remete a esta AMV, cópia da ata desse órgão, onde consta uma proposta de Voto de Desagrado referente à Escola Básica de Ranhados. -

- O Presidente de Junta do Campo, Senhor António Lopes Marques, informou via E-Mail que por motivos pessoais não pode estar presente na Assembleia Municipal de 28 de setembro. -----

- O Senhor Deputado José Esteves Correia, informou via E-Mail que por motivo de doença não pode estar presente na Assembleia Municipal de 28 de setembro. -----

- O Senhor Deputado Carlos Fernando Ermida Rebelo, informou via E-Mail que por motivos profissionais não pode estar presente na Assembleia Municipal de 28 de setembro.-----

- O Senhor Deputado António José S.A. L. Oliveira, informou via E-Mail que por motivos profissionais imprevistos não pode estar presente na Assembleia Municipal de 28 de setembro. -----



- O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, remete a esta AMV uma Petição “Não à redução de Autarquias e de Trabalhadores”. -----
- Ao cessar funções, o presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, expressa a profunda gratidão por toda a colaboração prestada e manifesta a profunda honra pela cooperação institucional que esta AMV sempre concedeu. -----
- A Senhora Deputada Maria de Fátima Coelho Ferreira, enviou E-Mail a esta AMV a solicitar a renúncia do mandato.-----
- A Firma A. Figueiredo Lopes & Manuel Figueiredo, SROC, entregou a esta AMV documentos respeitantes à análise intercalar do Município de Viseu.-----
- A Assembleia Municipal de Viseu recebeu de várias entidades postais de Boas Festas. ----
- A Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, remete ata via E-Mail da Reunião Ordinária do dia vinte e oito de setembro de dois mil e onze. -----
- A Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo, remeteu ofício a esta AMV com o convite e programa do XXXVII Congresso Nacional da APAVT. -----
- O Grupo Parlamentar do PCP, remete E-Mail ao Presidente da AMV a convidar a assistir à discussão, em Plenário da Assembleia da República da Apreciação Parlamentar pelo PCP que suspende a cobrança de portagens nas autoestradas SCUT do Algarve, da Beira Interior, do Interior Norte e da Beira Litoral / Beira Alta. -----
- A Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões remeteu o ofício a esta AMV com o Plano de atividades e Orçamento do exercício económico para 2012. -----
- A Assembleia Distrital de Viseu remeteu convocatória para a Sessão Ordinária para o próximo dia 27 de dezembro, anexa ata e plano de Atividades para 2012. -----
- O Arquivo Distrital de Viseu remeteu a esta AMV o Boletim Informativo nº 47 do 3º Quadrinário de 2011. -----
- O Grupo Parlamentar do PCP remeteu via e-mail a esta AMV a intervenção do Deputado Paulo Sá no debate da Apreciação Parlamentar do PCP que suspende a cobrança de portagens nas A22, A23, A24 e A 25. -----
- A Senhora Deputada Sofia Margarida Guedes de Campos Salvado Pires (PSD), enviou E-mail a esta AMV a solicitar a suspensão do mandato pelo período de um mês.-----
- A Senhora Deputada Cristina de Almeida Lourenço Varandas (PS), enviou E-mail a esta AMV a solicitar a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----
- A Senhora Deputada Helena Maria Vala Correia (PSD), enviou E-mail a esta AMV a solicitar a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----
- O Senhor Deputado Carlos Vieira, enviou E-mail a solicitar o alargamento de 3 para 4 elementos do Grupo de Trabalho sobre a Reforma Administrativa. -----
- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:**-----
- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como, às Entidades e Organismo que efetuaram o mesmo pedido. -----
- Foi remetido, via oficiosa, cópia da ata da Assembleia de Freguesia de Ranhados, referente à Escola Básica Integrada de Ranhados, ao Ministro da Educação e Ciência. ----
- Foi devolvida ao Centro Municipal de Informação Jovem, devidamente preenchida, ficha com os dados do representante desta Assembleia ao Conselho Municipal da Juventude. -----
- Foi remetido, via oficiosa, cópia da Moção respeitante à “Projetos com a Comunidade - Rossio”, apresentada pelo Senhor Deputado Rui Alexandre Gomes Pina dos Santos na Sessão Ordinária desta AMV do dia 28/09/11, à Câmara Municipal de Viseu e ao Dr. Jorge Fraga da Escola Superior de Educação. -----
- Foi remetido, via oficiosa, Certidões e Deliberações em minuta, tomadas em Sessão Ordinária realizada no dia 28 de setembro último ao Presidente da Câmara Municipal de



Viseu. -----

- Foi remetido, via oficiosa, três Proposta de Recomendação apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, na Sessão Ordinária realizada no dia 28 de setembro último ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu. -----
- Foi remetido ofício ao Partido Socialista, a comunicar que a Senhora Deputada Maria de Fátima Coelho Ferreira, pediu a renúncia do mandato, sendo substituída pela Senhora Deputada Fernanda do Sul Ferreira. -----
- Foi remetido ofício à Senhora Deputada Fernanda do Sul Ferreira, a comunicar faz parte do Grupo Parlamentar Socialista, em virtude da Senhora Deputada Maria de Fátima Coelho Ferreira ter renunciado ao mandato. -----
- Foi remetido ofício ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu, a comunicar que a Senhora Deputada Maria de Fátima Coelho Ferreira, pediu a renúncia do mandato, sendo substituída pela Senhora Deputada Fernanda do Sul Ferreira. -----
- Foi remetido a todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, o Edital da Sessão desta Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia 30 de dezembro de 2011, para afixação na sede das mesmas, bem como aos partidos políticos. Igualmente foi remetido a um jornal diário e a um semanário para publicação. -----
- Foi enviada, via e-mail, aos Líderes Parlamentares, com conhecimento aos restantes Senhores Deputados Municipais, a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade Municipal e situação financeira do Município. -----
- Foi endereçada Convocatória com a respetiva Ordem de Trabalhos, aos Senhores: Presidente e Membros desta Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Vice-Presidente e respetivo Executivo Municipal, convocando-os para a Sessão Ordinária desta AMV que se realizará no próximo dia 30 de dezembro de 2011. Igualmente foi remetido o restante expediente via e-mail. -----
- Foi enviado ofício a convocar o Senhor Deputado Joaquim Lúcio Trindade Messias para a Sessão desta AMV de 30/12/11, em virtude de o Senhora Deputada Sofia Margarida Guedes de Campos Salvado Pires, ter solicitado a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----
- Foi enviado ofício a convocar o Senhor Deputado Alexandre João Oliveira G. dos Santos para a Sessão desta AMV de 30/12/11, em virtude de o Senhora Deputada Cristina de Almeida Lourenço Varandas, ter solicitado a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----
- Foi remetido ofício ao Partido Social Democrata, a comunicar que a Senhora Deputada Sofia Margarida Guedes de Campos Salvado Pires, pediu a suspensão do mandato pelo período de 1 mês, sendo substituída pelo Senhor Deputado Joaquim Lúcio Trindade Messias. -----
- Foi remetido ofício ao Partido Socialista, a comunicar que a Senhora Deputada Cristina de Almeida Lourenço Varandas, pediu a suspensão do mandato pelo período de um mês, sendo substituída pelo Senhor Deputado Alexandre João Oliveira G. dos Santos. -----
- Foi remetido ofício ao Partido Social Democrata, a comunicar que a Senhora Deputada Helena Maria Vala Correia, pediu a suspensão do mandato pelo período de 1 mês, sendo substituída pelo Senhor Deputado António José Coelho Lopes. -----
- Foi enviado ofício a convocar o Senhor Deputado António José Coelho Lopes (PSD) para a Sessão desta AMV de 30/12/11, em virtude de o Senhora Deputada Helena Maria Vala Correia, ter solicitado a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----
- Foi remetido ofício ao Partido Social Democrata, a comunicar que a Senhora Deputada Helena Maria Vala Correia, pediu a suspensão do mandato pelo período de 1 mês, sendo substituída pela Senhora Deputada Ângela Isabel Martins Fernandes, em virtude do Senhor Deputado António José Coelho Lopes não poder estar presente. -----



- Foi enviado ofício a convocar o Senhora Deputada Ângela Isabel Martins Fernandes (PSD) para a Sessão desta AMV de 30/12/11, em virtude de o Senhora Deputada Helena Maria Vala Correia, ter solicitado a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----
 ----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, começava por cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras Vereadoras e os Senhores Vereadores e os elementos do público presentes. Vamos dar início então à nossa Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do dia trinta de dezembro. Faço votos que tenham tido um bom Natal e vamos tentar terminar este ano da melhor maneira, com uma Assembleia Municipal que espero que consigamos concluí-la no período da manhã, vamos ver. Aliás, na reunião que tive prévia com os Líderes dos grupos municipais lancei exatamente esse desafio e acho que a ordem de trabalhos nos permitirá. Antes de irmos à ordem de trabalhos, eu queria tratar aqui de alguns pontos prévios. Antes de mais, queria agradecer à Junta de Freguesia de Ranhados. Perguntarão porque é que estão aqui as flores, enfim, o Senhor Presidente da Junta de Ranhados como teve lá uma reunião, entendeu trazê-las, de facto a sala da Assembleia fica bastante melhor com este arranjo de flores, o nosso agradecimento. Queria também referir um aspeto que teve a ver com o envio da documentação. Sei que houve alguns problemas do ponto de vista do envio por e-mail, face à dimensão dos ficheiros. Eu já estou a articular com os serviços, para que passemos a ter um outro procedimento se estiverem de acordo. Vamos passar a colocar os documentos todos no site da Câmara Municipal, acessíveis por uma password, é muito mais simples do ponto de vista da abertura. Portanto, vamos tratar do ponto de vista técnico desse processo, para que se estiverem de acordo, a partir da próxima Assembleia Municipal toda a documentação será depositada no site da Autarquia e os Senhores Deputados recebem uma password que lhes permite acederem à documentação disponível para a Assembleia Municipal. Assim evitamos esta complicação de às vezes os ficheiros serem pesados e depois não é só, os Senhores Deputados, uns têm caixas do correio com mais capacidade, outros têm caixas do correio com menos capacidade e de facto nesta Assembleia Municipal criou aqui situações de ter que haver repetição de envio. Portanto queria desde já, penitenciar-me por qualquer transtorno que isto possa ter causado, o motivo foi só, de às vezes a tecnologia falhar e se estivessem de acordo, futuramente passará a ser esta a metodologia e vamos procurar que na próxima Assembleia Municipal já assim aconteça. Queria também dar-vos conta que o Senhor Deputado Municipal Carlos Fernando Ermida Rebelo fez chegar à Mesa um pedido a informar, que por motivos de natureza profissional e de ética política, solicita a sua substituição na Comissão de Saúde e Solidariedade Social desta Assembleia Municipal. Despachei favoravelmente e pedia ao Grupo Parlamentar do PSD que indicasse uma pessoa para integrar a Comissão de Saúde. A D. Alzira, que era a nossa funcionária, também se aposentou. Queria dar nota disso e se estivessem de acordo, gostava de colocar à vossa votação um voto de louvor pelo trabalho que ela desenvolveu aqui na Assembleia Municipal. Portanto, basicamente seria este o texto: “ A Senhora D. ALZIRA FIGUEIREDO, há alguns anos colocada nos serviços administrativos de apoio à Assembleia Municipal, passou recentemente à situação de aposentação. A qualidade do seu trabalho empenhado, a dedicação, o espírito de sacrifício, o zelo e a cortesia com que sempre exerceu as suas funções, nomeadamente no relacionamento com todos os Deputados, de todos os grupos municipais, tornam-na, a nosso ver, merecedora de um VOTO DE LOUVOR por parte desta Assembleia Municipal. Proponho este voto à apreciação e votação dos Senhores Deputados. Portanto, *foi aprovado por unanimidade*. Queria também antecipar, eu ainda não tive oportunidade de falar com o CDS-PP, mas depois procurarei também consensualizar com o CDS-PP. Eu solicitei aos Senhores Líderes dos grupos municipais que estivessem cá um quarto de hora antes do início desta reunião, para tratarmos do Ponto dez, que constava da eleição dos representantes da



Assembleia Municipal, para integrar o Grupo de Trabalho para Análise da Reforma da Administração Local. Independentemente da formulação do Ponto estar assim, foi entendimento da Mesa solicitar um debate com os vários Líderes Municipais, no sentido de tornar este Grupo de Trabalho mais abrangente e consensualizámos que não faríamos a votação deste Ponto dez e considerámos uma Comissão, que seria integrada pelos Líderes dos grupos municipais, portanto pelos quatro Líderes dos grupos municipais e pela Mesa da Assembleia Municipal. Este Grupo de Trabalho seria constituído por estas pessoas. Face, às vezes, ao meu impedimento para poder acompanhar com o zelo que gostaria, este Grupo de Trabalho, pedia aqui à Doutora Cristina Paula que assumisse a coordenação deste Grupo de Trabalho, até pela sua formação jurídica e também nos dará aqui algum conforto do ponto de vista do trabalho. Obviamente que este Grupo de Trabalho depois se irá articular com a Autarquia, com o Município, com os representantes que penso que já estão até designados .Se ninguém tiver nada a opor, isto foi um consenso obtido com os grupos municipais, falta falar com o CDS-PP, mas estou convencido que também não irá contra esta metodologia, mas quando chegarem eu falarei com o Líder do grupo municipal e estabecerei aqui um acordo. Portanto, esta era uma questão, que sendo assim, o Ponto dez consideraríamos já como tratado através deste consenso estabelecido pelos grupos municipais. Já chegou o representante do CDS, sem ter podido estar na reunião, dizia eu que nós estávamos aqui a consensualizar, faltava falar com o CDS-PP, vemos isto aqui ao vivo, portanto constituir um Grupo de Trabalho integrado pelos Líderes dos grupos municipais de todos os Partidos mais a Mesa, para tratar da questão da Reforma da Administração Local. Se estivesse de acordo, faltava só ouvir o CDS-PP, ficaria consensualizada esta metodologia. Muito bem, outras duas questões que poderiam já ficar também tratadas e foram objeto também de consenso na reunião anterior. Há uma sugestão que foi apresentada pelo Senhor Deputado Manuel Teodósio, de que a Sessão do 25 de Abril deste ano se pudesse realizar no Regimento de Infantaria de Viseu. Nunca se fez lá, pareceu-me uma boa ideia, coloquei-a à consideração dos Líderes dos grupos municipais e esta ideia obteve um consenso alargado, ficando só de se saber avaliar do ponto de vista das condições, mas obviamente que terá condições para a realização. Se estivessem de acordo, a Sessão da Assembleia Municipal evocativa do 25 de Abril ficava já marcada, sob condição ainda de se articular com o Regimento de Infantaria de Viseu, que fosse lá e por outro lado, articularíamos a Assembleia Municipal Infantil nesta perspetiva, isto é, integrando-a eventualmente com a visita dos jovens ao Regimento de Infantaria, até para poderem trabalhar sobre o tema do papel que possa ter tido o Regimento de Infantaria no 25 de Abril e o impacto que o 25 de Abril teve na sociedade portuguesa e nos jovens. Portanto, se estivessem de acordo, estes dois assuntos ficavam já acordados do ponto de vista do trabalho futuro. Passaríamos agora à aprovação da Ata da Sessão Ordinária Assembleia Municipal do dia 28 de setembro de 2011. Perguntava às Senhoras e aos Senhores Deputados se há alguma questão que queiram levantar sobre a Ata? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, iria então colocá-la à votação. A Ata *foi aprovada por unanimidade*. Esgotados estes pontos prévios, iríamos passar à ordem de trabalhos e vamos começar pelo período antes da ordem do dia, já tenho aqui as inscrições. Perguntava só ao CDS se queria fazer alguma inscrição no período antes da ordem do dia? Não, então muito bem. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- UM - SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD)
 Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Membros da Assembleia Municipal. A propósito das comemorações dos 75 anos de existência da Estação Agrária de Viseu, gostaria de apresentar uma proposta a esta Assembleia. A agricultura e a floresta são setores fundamentais para a sustentabilidade futura do nosso País. Ao



dinamizar e desenvolver o mundo rural, valorizando a agricultura e a floresta, os produtos regionais, o ambiente, o turismo e dignificando o trabalho agrícola, desenvolve-se o interior e invertendo o processo de desertificação, contribui-se para a coesão económica e social do nosso País. A agricultura e a floresta devem voltar a ser uma prioridade da política nacional, não podem continuar a ser setores esquecidos, pobres e desvalorizados. Têm de ser considerados setores estratégicos e prioritários para o País. Como sabemos, nenhuma Nação, nenhum País endividado é livre, pois é prisioneiro dos mercados financeiros. Também nenhum País é independente, se não produzir a maior parte dos alimentos que consome. Numa época, em que começa a existir um amplo consenso sobre a necessidade de revitalizar a agricultura e é unanimemente reconhecido que um dos pilares fundamentais do desenvolvimento agrícola é a investigação e a experimentação agrícola, constatamos que Viseu nesta área tem uma instituição de referencia a nível nacional, a Estação Agrária de Viseu, que perfez 75 anos de existência no passado mês de novembro. A Estação Agrária de Viseu é um dos organismos agrícolas mais antigos do País. Se considerarmos as instituições agrícolas que a antecederam, podemos apontar para o ano de 1886, em que surgiu a Escola Prática de Agricultura. A Estação Agrária de Viseu desenvolveu uma ação diversificada ao longo dos anos em apoio à agricultura regional, sendo de realçar os vários estudos e ensaios, nos domínios das culturas arvenses, da fruticultura, da vitivinicultura, da fitossanidade, da conservação do solo e fertilização, bem como o trabalho desenvolvido no fomento da produção, na assistência técnica e divulgação de conhecimentos. Atualmente desenvolve um vasto trabalho de experimentação e divulgação na área da fruticultura, nomeadamente a aveleira, a macieira, do castanheiro e também da olivicultura. A investigação e a experimentação sempre foram uma prioridade, sendo de destacar o extraordinário trabalho de melhoramento agrícola, no melhoramento do milho, com a criação dos afamados híbridos de Viseu, desenvolvido pelo saudoso Senhor Eng. Norberto Cardoso Meneses. Os serviços prestados à agricultura da região foram inúmeros e de uma qualidade técnica de referencia no contexto nacional, sendo justo aqui reconhecer a dedicação e o profissionalismo de todos os dirigentes técnicos e demais trabalhadores, que fizeram da Estação Agrária uma referencia nacional. Atendendo ao exposto, é de toda a justiça que esta Assembleia Municipal reconheça o trabalho meritório e a notoriedade de uma instituição sediada no nosso Concelho, que desenvolveu um trabalho apreciável e louvável, em prol da agricultura e dos agricultores da região. Assim, propomos à Câmara Municipal que seja atribuída à Estação Agrária de Viseu a medalha de mérito municipal. Esta distinção é também reconhecimento e uma homenagem pública a todos os dirigentes técnicos e demais trabalhadores, que de dedicaram, trabalharam e se notabilizaram ao longo destes anos, mas também a demonstração da necessidade da sua continuidade no futuro e se possível, com outros recursos materiais e financeiros, de modo a potenciar a agricultura da região e do País. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhor Deputado. Portanto está aqui uma recomendação que eu ponho à consideração, está nas competências da Assembleia Municipal, portanto pode ser proposto. Senhor Deputado tem a palavra. -----

-DOIS - SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas Senhoras, meus Senhores. Bom dia a todos. Apenas para dizer que o Partido Socialista se associa com agrado a esta proposta do grupo parlamentar do PSD e que efetivamente, numa altura em que cada vez mais e bem, se fala de agricultura e da necessidade de apostar neste setor, reiteramos portanto o apoio a esta proposta, que nos parece de toda a justiça efetivamente e não estando a repetir o que foi aqui referido pelo Deputado Mota Faria, no que diz respeito ao



que foi o papel da Estação Agrária nestes, pelo menos, últimos 75 anos. Obrigado. -----
-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto se mais alguém se quer pronunciar? O Senhor Deputado tem a palavra. -----

-TRÊS - SENHOR DEPUTADO TIAGO ANDRÉ DE ANDRADE COELHO PINHEL (CDS/PP) – Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Vereação, Senhores Deputados. Da mesma forma que o Partido Socialista apoia este voto de louvor à Estação Agrária pelo trabalho realizado nos últimos anos, o grupo parlamentar do CDS/PP, agradeço do mesmo modo o que foi manifesto aqui nesta Assembleia. Obrigado. -

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto se mais alguém se quer pronunciar? Vou por à votação. Aprovado por unanimidade. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo. -----

-QUATRO - SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS)
 Bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais e público presente. Antes de mais nada, também reitero que o ano de 2012 seja um ano positivo. O que me traz aqui hoje é, primeiro antes de mais, dar os parabéns à Câmara Municipal pela recente inauguração da requalificação do nosso Parque Municipal, o Parque Aquilino Ribeiro e pela restituição aos viseenses desse espaço verde e nobre no centro da cidade, desse pulmão importante que nós temos aqui bem no centro da cidade e que novamente poderá ser usufruído, sobretudo no verão, que é a época de maior calor e é um espaço extremamente agradável, não deixando novamente, como já o fiz nalgumas Sessões atrás, de lamentar que tenha estado tanto tempo, dois Verões seguidos, sem que as crianças e não só, pudessem usufruir daquele espaço tão nobre da cidade, como de facto é o Parque Aquilino Ribeiro. Gostava também de questionar, em segundo lugar, o Senhor Presidente da Câmara sobre o seguinte, dado que vivemos uma época de grandes dificuldades económicas e que é de todos conhecido que este ano tivemos a cidade um pouco menos bonita, um pouco menos iluminada, porque de facto não estamos em tempos de desperdiçar, se assim se pode dizer, dinheiro e portanto o dinheiro está caro como se costuma dizer, eu gostava de questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre um aspeto que, de alguma maneira, se liga com as dificuldades económicas que estamos a atravessar no País e que tem obrigado a alguns reajustamentos financeiros por parte de toda a gente e nomeadamente também por parte das autarquias, se de alguma maneira prevê para o ano de 2012 cortes no domínio da animação cultural, da cultura, da promoção cultural do nosso município e das atividades culturais, na medida em que existem inúmeras iniciativas e inúmeros projetos que decorrem há uma série de anos, levados a cabo pela Autarquia e que neste quadro de dificuldades, poderão de alguma maneira condicionar. Costumamos dizer que a Cultura é o parente pobre, é logo o primeiro, é não só o que menos usufrui muitas vezes dos orçamentos municipais e é sempre o primeiro onde se vai cortar. Sabemos que existem muitas associações culturais no nosso Município, no território do nosso Município, do nosso Concelho, que têm muitas dificuldades económicas e muitas vezes é o apoio, a colaboração da Autarquia, sejam as Juntas de Freguesia, seja a Câmara Municipal, que as mantém de porta aberta ou as mantém com alguma atividade. Portanto eu gostaria de lhe perguntar se prevê que isso venha a acontecer de alguma maneira? E também gostaria uma vez mais de lhe perguntar, dado que estamos no final do ano, se efetivamente é para 2012 que vamos ter a inauguração do Museu do Quartzo em Santa Luzia? Estamos no final do ano, portanto a menos que haja algum milagre dos Reis Magos até ao final da semana, mas não creio que isso suceda, será que é em 2012 que vamos ter aquele excelente espaço do Projeto Museológico Concelhio definitivamente aberto? Muito obrigado. -----



- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio. --
-CINCO - SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Comunicação Social. E por falar em Comunicação Social, essa é a razão que me traz aqui, para em nome pessoal deixar aqui a minha lamúria e a minha tristeza pelo desaparecimento de um Órgão de Comunicação Social, no caso concreto da Rádio Noar, mas se outro fosse, estaria aqui também da mesma forma, porque a Comunicação Social tem obviamente um papel fundamental e insubstituível em termos de comunicação. Eu lembro-me que foi em meados dos Anos 80 que houve o “boom” das então rádios piratas, agora as rádios regionais. Eram rádios que não estavam legalizadas, mas funcionavam quase como se o fossem. Lembro-me que tive também a oportunidade de dar alguns passos nessa área, precisamente na Rádio Noar, aqui bem perto, em que não estando legalizada, portanto não sendo legal, nós entrávamos com o conhecimento e a visibilidade da PSP de Viseu, entrávamos com sacos com os LP’s, porque a música que passávamos tínhamos que a trazer de casa, portanto toda a gente sabia que estava ali, mas toda a gente fazia de contas que não sabia e felizmente mais tarde vieram-se a legalizar. A Rádio Noar, como as outras rádios que existiam na altura, foram escolas de rádio, foram escolas de vida. Não nos podemos esquecer de grandes viseenses que se vieram a tornar em grandes profissionais da Comunicação Social e que estão hoje na Antena 1, já estiveram na TSF e temos uma referencia que é o atual Diretor de Programas da TVI, o meu amigo José Alberto de Carvalho, que também deu os primeiros passos nesta rádio. Portanto, o desaparecimento e todos ficamos obviamente mais pobres e há aqui, penso que também agora, uma responsabilidade acrescida, em termos da outra Comunicação Social que existe e foram-se reforçar e de alguma forma no campo informativo vir colmatar algum vazio que possa existir, porque o desaparecimento da Rádio Noar não deu origem a outra Rádio Local, deu origem a uma Rádio Nacional, portanto com um âmbito diferente, sem estar a fazer juízos de valor, mas quase trinta anos de existência obviamente que já faziam parte do nosso dia a dia e obviamente é com alguma tristeza que vemos desaparecer pessoas, como vemos desaparecer instituições e como digo a Rádio Noar, se fosse outro Órgão de Comunicação Social, estaria aqui também a manifestar essa tristeza. Penso que efetivamente Viseu não fica mais rico, mas também estou convencido que esse lugar irá ser devidamente ocupado pela outra Comunicação Social e aproveito para lhe desejar um bom ano de 2012 e a todos o meus amigos também. Muito obrigado. -----

-**MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----
-SEIS - SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Muito bom dia, Senhor Presidente da Mesa, restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social presente e funcionários da Câmara em exercício nesta Sessão. “A Portaria nº 306-A/2011, recentemente publicada, aumentou drasticamente as taxas moderadoras a aplicar aos utentes do Serviço Nacional de Saúde, a partir do próximo dia 1 de janeiro. Uma consulta de medicina geral e familiar, no Centro de Saúde, passará de 2.25 para 5 euros, um aumento superior a 120%. Se a consulta for num domicílio, a taxa passará de 4.80 para 10 euros. A simples renovação do receituário, sem a presença do utente, custará 3 euros. Às consultas de enfermagem, apesar da prescrição médica, passarão a ser aplicadas taxas de 4 euros, se tiverem lugar no Centro de Saúde e 5 euros se ocorrerem no hospital. O atendimento numa urgência, como a do Hospital de Viseu, passará de 9.60 euros, isto até aos 65 anos, para vinte euros, segundo disse o Ministro. Além disso, passarão a ser pagos todos os exames e meios auxiliares de



diagnostico aí prescritos pelos médicos, até ao máximo de cinquenta euros. Estes exemplos ilustram a injustiça e a brutalidade desses aumentos das taxas, ao arrepio do disposto constitucionalmente, que garante um Serviço Nacional de Saúde tendencialmente gratuito. Trata-se de um verdadeiro cofinanciamento do Serviço Nacional de Saúde que, de facto, afastará muitos cidadãos e cidadãs de mais fracos recursos dos cuidados de saúde de que precisam e a que têm direito. Segundo o governo, as taxas moderadoras aumentarão em média 100%. Mas, o próprio governo prevê um aumento global de 150% nas receitas das taxas. Este facto mostra a falsidade do apregoado aumento de isenções que, supostamente, assegurarão a todos a prestação de cuidados de saúde. E aqui caberia perguntar se quem ganha mais de 628 euros, que é o rendimento médio, portanto igual ou inferior a 628 euros, se terá lugar a isenções? Se os cinco milhões, ou sete milhões, porque o Ministro falou cinco milhões e já alguém falou em sete milhões de isentos, se de facto são ricos, ganhando por exemplo 630 euros? A Assembleia Municipal de Viseu, acho eu, não pode ignorar este ataque à saúde e aos rendimentos dos munícipes do concelho, compreendendo a luta dos utentes pelo direito à saúde, pelo que, nestes pressupostos e com esta fundamentação, proponho uma Moção de que a Assembleia Municipal de Viseu repudie os recentes aumentos das taxas moderadoras e apele à sua revogação.” Mas não é só na Saúde que os portugueses e nomeadamente os habitantes do nosso concelho serão prejudicados, a partir de agora, no próximo ano e já estão a ser prejudicados. Por exemplo, no passado dia 9 encerraram de vez as estações dos correios das freguesias de S. José e de Coração de Jesus, portanto de Viriato e da Balsa, estações de Viriato e da Balsa que serviam, no caso da freguesia de S. José já existia há 38 anos e no caso da freguesia de Coração de Jesus há treze anos. Portanto, trata-se aqui de um retrocesso social, quase civilizacional. Como disse o Presidente da Associação dos Comerciantes é até uma situação que quase nos leva à Idade Média. Não faz sentido encerrar estes postos, porque tinham uma média diária, no caso do Viriato, 667 atendimentos, aliás, no da Balsa 267 atendimentos diários e no Viriato 200 atendimentos. A esses encerramentos, segundo informações que eu tenho, seguir-se-ão até 2015 as estações dos CTT de Abraveses e da Quinta do Galo. E lembro que são uma consequência do PEC 1 que foi aprovado pelo PS em conluio com o PSD quem o viabilizou, que contemplava a privatização dos CTT e doutras empresas públicas. De nada valeu a recomendação do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda para que o governo do PS suspendesse essa privatização prevista até 2013, nem a Moção em defesa dos Serviços Públicos de Correios, que o BE apresentou nesta Assembleia em 19 de abril de 2010, foi aprovada com 9 votos a favor e 46 abstenções do PSD e também por iniciativa do Bloco de Esquerda, a Assembleia Municipal aprovou duas Moções, do Bloco e do PSD, quanto ao fecho das estações dos CTT em Viseu. Mas, mais uma vez, se prova que tanto vale sermos governados pelo PS como pelo PSD, o CDS à ilharga ora de um lado, ora do outro, porque ambos os partidos do bloco central são insensíveis às necessidades das populações e da função social que os CTT prestam, não só às empresas e cidadãos na distribuição postal e de resto coloca os CTT nas posições cimeiras do ranking internacional, mas também como pequena entidade financeira de proximidade para os seus utentes, na maioria idosos, onde têm acesso às suas pensões e reformas. Lembraria ainda que os CTT têm tido lucros chorudos e mais uma vez se prova também no caso da EDP, só se privatiza o que dá lucro. Portanto, cortam-nos os dedos e ainda vendem os anéis. Os governos do PSD, do PS e do CDS, são culpados do crime de interioricídio, não só por fecharem serviços públicos CTT, repartições de Finanças, Escolas e Postos Médicos, que são essenciais para a qualidade de vida das populações, como por impedirem a livre circulação pelas estradas nomeadamente do distrito, as SCUTS, que não têm alternativas praticáveis, com o mínimo de qualidade em termos de distância, tempo e segurança, como é o caso da A25 e A24. Sendo que as antigas estradas nacionais passam por dentro das povoações e até já têm troços municipalizados, além de



não permitir, em certos locais, como acontece na Estrada Nacional 16, o cruzamento de dois camiões no mínimo, em alguns casos até de um camião e de um carro. Em 28 de julho do ano passado, o Bloco de Esquerda apresentou nesta Assembleia uma Moção contra as portagens nas SCUTS A25 e A24, na interseção das quais se encontra o Concelho de Viseu, por não haver alternativas, tendo sido reprovada com os votos contra do PSD e do CDS e com abstenção do PS. Curiosamente, a mesma Moção apresentada pelo Bloco na Assembleia Intermunicipal, uma Moção quase igual, na Assembleia Intermunicipal Dão-Lafões seria aprovada, o que prova a duplicidade destes partidos que se têm alternado no Poder. O PSD e o CDS ao exigirem as portagens também nas SCUTS sem alternativa, como a A25 e A24, a pretexto da universalidade do falso princípio do utilizador-pagador, que querem abusivamente aplicar a todos os Serviços Públicos, como a Saúde e Educação, destruindo o conceito de Estado Social que garante o acesso de todos a estes bens essenciais, financiados pelos impostos que todos deveriam pagar de acordo com os seus rendimentos, limita o direito das populações à livre circulação e ao encarecerem os custos do transporte provocarão o aumento do preço do produtos que vêm de fora e limitarão o poder competitivo dos produtos regionais. Os descontos e as discriminações positivas para residentes são panaceias temporárias que cedo acabarão, estava previsto para 2012, condenando à falência muitas das empresas agrícolas, industriais e comerciais, além de prejudicarem o turismo. Lembraria apenas que a Confederação das Micro, Pequenas e Médias Empresas já denunciou publicamente que as portagens iriam levar à falência muitas empresas e aqui caberia e para terminar, lembrava apenas o que o Frei Domingos há pouco tempo disse, foi há dois dias, disse na SIC que de facto estamos a ser governados por uma ditadura, ditadura da troika e ditadura de quem, à revelia daquilo que prometeu e ultrapassando até aquilo que se tinha prometido relativamente aos compromissos com a troika, passou ainda além da troikitana e está a aplicar medidas que não havia anunciado aos eleitores. O Bispo Torgal Ferreira e para acabar, numa entrevista há revista da Associação dos Antigos Alunos da Universidade do Porto, quando lhe perguntaram se havia capacidade para negociar o acordo com a Troika de outra forma, respondeu "Eu acho que havia, ainda que o governo anterior estivesse, na opinião publica, extremamente debilitado e estes que estão neste momento no governo tiveram muito tempo para estudar a lição, mas pelos vistos foram maus alunos, porque o que temos vindo a assistir são medidas avulsas, não há um estudo abrangente da situação. Compreendo que tenha havido pouco tempo para esse exercício, mas escandaliza-me alunos que tiveram dois anos para se debruçarem sobre as soluções. Eu tenho a impressão que a conclusão a que chegaram é, vamos agora encontrar soluções para o faltar vilanagem, mas não encontram soluções nenhuma para o crescimento económico." Eu citei o Bispo porque a maioria dos Senhores é católica e portanto será sensível a estes argumentos, mas poderia citar aqui outra opinião que os Prémios Nobel da Economia, tanto Stiglitz, como Paul Krugman, já vieram alertar que quando se está numa situação económica de recessão, a austeridade só aumenta a recessão e só pode levar ao definhamento da economia. Aliás, a própria agência de comércio e desenvolvimento da ONU aconselhou os governos a não ligarem às agências de rating, que de resto, não têm legitimidade, agora finalmente acordaram e parece que a Europa está a investigá-las para não matarem a economia com a austeridade. Obrigado. --

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhor Deputado. É o chamado três em um, não deixou nenhum texto? Não há nenhuma proposta? É que eu não tenho nenhuma proposta em cima da mesa para por à discussão. Então temos aqui para debate uma Moção sobre as taxas moderadoras. Tenho um pedido de palavra do Senhor Deputado Manuel Teodósio. Faça favor. -----

-SETE - SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD)
 – Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados. Antes de se poder analisar e debruçar sobre esta proposta, há sítio de partida que a gente não se



pode esquecer. Não podemos esquecer que Portugal caiu numa situação económica, financeira e social terrível. Prova disso é que houve necessidade de pedir ajuda internacional, ao Banco Central Europeu, ao Fundo Monetário Internacional, a denominada troika, que foi elaborado um documento que foi subscrito pelos partidos do governo, num documento que ficou e fica o memorando de entendimento. São compromissos que efetivamente têm que ser assumidos. Este governo, penso que não há duvida rigorosamente nenhuma, já o deixou bem claro, que é um governo cumpridor de promessas e de pagamento de dívidas. Portanto o entendimento é que, se há dívidas temos que honrar os compromissos assumidos e esse é o ponto fulcral para se recuperar a credibilidade, para se poder depois passar a uma outra fase. Relativamente ao Serviço Nacional de Saúde, a postura que o governo tem é a postura que é fundamental para salvar o próprio Sistema Nacional de Saúde. Não estou a ver aqui ninguém a querer que algum governante que mande neste País fique feliz ou com um grande sorriso, ou uma grande vontade que aumentem as taxas moderadoras. Obviamente que se são aumentadas e da forma que o foram, é única e exclusivamente para que continue, para que seja sustentável o atual Sistema Nacional de Saúde. Convém também lembrar que mesmo com este agravamento das taxas moderadoras, que obviamente que não nos agrada, a ninguém, a mim não me agrada, dificilmente alguém fica satisfeito porque lhe aumentaram uma taxa ou lhe aumentaram o imposto, obviamente. A questão é que, se com isso continua a existir o serviço, muito bem. Agora se não tomando a ação devida o serviço vai desaparecer, isso aí é que seria bastante grave, nessa situação. Portanto, a questão que se põe aqui é precisamente dar a garantia de cuidados de saúde às populações em geral. Portanto convém não esquecer que a par desta medida, o número de portugueses que ficam isentos destas mesmas taxas aumentou. O que quer dizer que há aqui um cuidado muito grande no aspeto social, saber quem é que tem capacidade e poder para poder pagar, obviamente que têm que ser solidários nestes momentos e para com aqueles que têm dificuldades bastante maiores e nós sabemos que neste momento, o grande problema deste País e que temos a noção que vai acentuar-se, é com os desempregados e em primeiro lugar com os desempregados que, neste momento, começam a ser já as famílias completas a estarem desempregadas. Este aspeto social, o apoio no desemprego, tem que ser fulcral. E a saúde é um aspeto social que não pode também de alguma forma ser descurado. E portanto tomar aqui atitudes mais bonitas para a fotografia, mas pôr em causa a sustentabilidade desse mesmo sistema, é que era irresponsabilidade e isso era aquilo que infelizmente o País se veio habituando nos últimos anos. E relativamente a essa matéria, Senhor Deputado, obviamente que o Partido Social Democrata não poderá de forma alguma votar favoravelmente esta proposta. Já agora, não sei se vai ser apresentada sob a forma de Moção, mas relativamente aos Correios, manifestar que efetivamente nos revemos, que há um mal-estar, está mais complicado o acesso das pessoas aos Correios e da nossa parte iremos dar as diretrizes possíveis, no sentido de que alguma coisa possa ser corrigida, para bem das populações. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto se mais alguém se quer pronunciar sobre a Moção que está em debate? Senhor Deputado tem a palavra. -----

-OITO - SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)
 – Muito bons dias. Senhor Presidente, eu queria cumprimentar a Mesa e queria cumprimentar o Executivo Municipal e todos os Colegas que são os Senhores Deputados. Eu peço desculpa de não ter estado presente, mas vim esta manhã em viagem regrada, estou certo que nenhum dos presentes gostaria de receber a meio da manhã uma notícia de que um dos Deputados da Assembleia Municipal se tinha despistado no caminho, por isso o meu atraso. Gostaria de saudar o Senhor Deputado Manuel Teodósio e dizer-lhe que



basicamente o Partido Socialista não tem uma postura no governo e outra postura na oposição. Portanto, o Partido Socialista não tem nenhuma objeção às taxas moderadoras. O Partido Socialista tem e vai votar contra a sua Moção, o Partido Socialista tem a noção (Mesa - O Senhor Presidente da Mesa, interrompe: só para lhe dizer que a Moção é do Bloco de Esquerda, no sentido de repudiar os recentes aumentos), perdão, sim senhor, nós votaremos, não votaremos a favor da Moção do Bloco de Esquerda. Portanto o nosso papel não é repudiar as taxas moderadoras. Nós entendemos que as taxas moderadoras são um instrumento necessário e é um instrumento aceite na Constituição, portanto elas devem ser usadas e como todas as pessoas se recordam, eu próprio, quando fui membro do governo, aumentei todos os anos as taxas moderadoras no valor correspondente à inflação, como de resto a Lei previa e portanto não temos, não partilhamos do mesmo ponto de vista do Senhor Deputado do Bloco de Esquerda. Mas reconhecemos também que o governo fez um esforço de justiça nestas novas reformas das taxas moderadoras, um esforço honesto de, digamos assim, ampliar as isenções, ser mais seletivo porventura em algumas delas. Todavia, nós temos muitas dúvidas sobre, digamos, o equilíbrio geral da solução. Porque o equilíbrio geral da solução, como o Senhor Deputado diz, aparentemente há cerca de 7 milhões de portugueses que passarão a estar isentos, seriam 5.5 segundo as estimativas que havia, mas isso significa uma carga maior, necessariamente porque o objetivo das taxas moderadoras é conseguir assegurar, sem os 150 milhões de recursos adicionais, o que está absolutamente e não faz perigar o conceito de universalidade do Serviço Nacional de Saúde, porque não se atingirão 2% do financiamento. Portanto, o nosso ponto de vista não é favorável à Moção, mas temos algumas dúvidas sobre a forma como as medidas estão executadas, ou melhor, como as taxas moderadoras e a modulação dos fossos estão executados. Reconhecemos a boa-fé do governo, mas achamos que há alguma coisa a fazer em relação a essa matéria e por isso nos vamos abster na proposta do Bloco de Esquerda. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto se mais alguém se quer pronunciar? O Senhor Deputado Rui Santos. -----

-NOVE - SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia. Antes de mais, desejar a todos os votos de que o ano de 2012 que se avizinha, esperamos que seja melhor do que este que agora termina e como estamos em época natalícia, este é um ano de crise, às tantas o Pai Natal não trouxe as prendas que nós queríamos e a prenda que eu gostava de ter recebido, era o País governado pelo Bloco de Esquerda. Era a prenda que eu gostava de ter recebido, era um País de maravilhas. Era tudo gratuito, não havia constrangimentos, não se exigia nada a ninguém e oferecia-se tudo e mais alguma coisa e no final do dia, alguém viria a Portugal passar o cheque das contas. Pasma-se o facilitismo com que são apresentadas algumas situações e se tentam passar algumas mensagens. Acho que estamos todos de acordo, que estamos num momento e que não é propriamente o momento, um dos melhores momentos da nossa história, quer do País, quer da história da Europa, quer do Mundo, portanto temos que ter responsabilidade naquilo que dizemos e não vir aqui de forma muitas vezes quase que gratuita e constante, dizer que é tudo gratuito, este governo governa mal, se fossemos nós não era assim, com certeza que o Serviço Nacional de Saúde seria muito melhor se o País fosse governado pelo Bloco de Esquerda. E como ninguém pagava, íamos todos para a fila e depois alguém havia de nos atender, de nos prestar os cuidados de saúde. O que está em causa, já aqui foi dito e não me alongando muito mais sobre isso, é a própria sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde e por isso é que há a necessidade de recorrer a este aumento das taxas moderadoras. Há uma preocupação



social deste governo, que tem sido uma marca constante, em aumentar o número de possíveis isentos das taxas moderadoras. Portanto, pensamos que estamos no bom caminho e obviamente que votaremos contra esta Moção do Bloco de Esquerda. Em relação ao resto e tirando a situação dos encerramentos dos Correios, das estações dos Correios, que nos parece que pode não ter sido bem pensada, o reflexo desse encerramento. Lembro que os Correios é uma empresa e portanto aqui poderá haver alguma responsabilidade da tutela. Em relação às SCUTS, em relação a tudo o resto que é falado, o discurso é sempre o mesmo. O que se fala aqui é que o Pai Natal no próximo ano, nos trará no governo, o País governado pelo Bloco de Esquerda, para não sentirmos a dificuldade, de certeza que viveríamos num País muito melhor. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição. Quer usar o direito de resposta? Sim, tem três minutos Senhor Deputado. -----

-DEZ - SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público, Comunicação Social e funcionários. Disse o Senhor Deputado Rui Santos que íamos todos para a fila. Senhor Deputado, eu vejo é todos na fila, ou então todos na fila dos Correios, estão na fila da repartição de Finanças. Nas filas dos Correios há pessoas que já se queixaram até nos Jornais, de que estavam lá uma hora, eu até já lá fui por duas vezes e tive que desistir, porque sinceramente não tenho tempo para estar ali a perder uma hora à espera de vez. Filas nos Centros de Saúde à espera de consultas também existem, portanto todos na fila estamos em Portugal há já muitos anos, depois de trinta e tal anos governados pelos partidos do chamado Arco do Poder – PS, PSD e o CDS de facto coligados com um ou com outro. De resto, as propostas que o Bloco tem apresentado acabam por ter alguma acuidade e são reconhecidas até, tanto a nível nacional como internacional. Vamos só lembrar, ainda há pouco falei numa, as agências de rating. Quando o Bloco falou nas agências de rating e inclusivamente ajudou a formar e impulsionar um movimento que levou, por exemplo, alguns economistas que fizessem uma queixa á Procuradoria Geral da República, contra as agências de rating e claro que isto pode não ter grandes consequências, porque deviam ser, de facto os governos, até a nível europeu, como agora a Comissão Europeia está a fazer, repare. Agora a União Europeia está a fazer e está a investigar as agências de rating, ou a querer investigar. Mas o Bloco esteve nesse movimento e pôs em causa as agências de rating, como de resto foi posto por alguns Prémios Nobel como eu disse, que são parte interessada e portanto são juízes em causa própria. Mas também, por exemplo a negociação da dívida. Quando se falou na renegociação da dívida, disse-se que eram caloteiros, que não queriam pagar, agora toda a gente fala que é preciso renegociar a dívida, porque como já aqui se viu, até pelos exemplos históricos, nomeadamente da América Latina, o Brasil, da Argentina, etc., se não for negociada esta dívida, nunca mais se paga. Porque dos 78.000 milhões que esta gente pediu, quase metade são para pagar juros. Aliás, dos 78.000 milhões, vamos pagar mais quarenta, não há hipótese de pagar se não houver negociação. Agora, com governos que se põem de cócoras, uma coisa é uma pessoa ser apanhada à falsa-fé e ser violada, agora puxar as calças abaixo no meio de um cruzamento, sinceramente, isso é inadmissível. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Eu pedia ao Senhor Deputado que em futuras intervenções, esse tipo de analogias não fossem utilizadas no debate. Vou pôr então à votação a Moção que foi aqui apresentada. *Foi rejeitada.* Quarenta e oito votos contra, um a favor e doze abstenções. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Correia, Presidente de Junta de Lordosa. -----

-ONZE - SENHOR DEPUTADO CARLOS MANUEL MARTINS CORREIA –



PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LORDOSA (PSD) – Bom dia a todos. Quero começar por cumprimentar a Mesa, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Público e Comunicação Social. “Fruto de uma parceria do Município de Viseu com as 34 Juntas de Freguesia do Concelho e no âmbito de uma candidatura apresentada ao Mais Centro – Programa Operacional Regional do Centro, foram inaugurados, no passado dia 14 de novembro e simbolicamente na Freguesia de Lordosa, 34 novos Espaços NetFreguesias, que disponibilizam à populações 96 postos de acesso gratuito à internet, com 4 postos nas freguesias urbanas e 2 nas freguesias periurbanas e rurais. Um investimento global de, aproximadamente, 140.000 euros que pretende facilitar o acesso das populações, designadamente as mais carenciadas, às “novas” tecnologias de informação e o consequente reforço de conhecimentos, disponibilizando um total de mais de 500 horas semanais de utilização. A execução deste projeto NetFreguesias enquadrou-se nos objetivos de reforço de competitividade, inovação e conhecimento da Região Centro e em especial da NUT III – Dão-Lafões que, através da concretização de investimentos, permitam o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, bem como a dinamização do seu sistema científico e tecnológico. A implementação deste projeto irá contribuir para garantir melhores condições de competitividade, inovação e afirmação da região, permitindo difundir a utilização das tecnologias de informação e da comunicação, ou seja, promover a sensibilização, massificação e dinamização da utilização da Internet em Banda Larga. A utilização destes projetos no concelho de Viseu já tinha iniciado com alguns locais públicos, de gestão municipal, que têm registado excelentes níveis de adesão, como são o caso do Espaço Internet, Sala Pórtico do Fontelo, e Biblioteca Municipal, estando em curso o projeto de criação de uma nova sala para a Juventude nas escadilhas de Santo Agostinho. A fase inicial deste louvável projeto está terminada. Depois de ouvidas as Juntas de Freguesia, num processo gerido de forma exemplar, foram selecionados os 34 locais para instalar os Espaços NetFreguesias. Foi adquirido e instalado o mobiliário e equipamento informático, concebida a imagem e produzidos vários suportes de divulgação, nomeadamente outdoors, mupis, cartazes, folhetos, t-shirts, destacando a informação colocada nos portais de internet de muitas Juntas de Freguesia, que permitem efetuar uma comunicação eficaz a nível local, informando os habitantes das nossas freguesias da existência desses novos Espaços, da forma e acesso, horários e potencialidades de utilização. O NetFreguesias poderá ser um importante instrumento de aproximação dos nossos munícipes e das instituições locais, de combate ao isolamento a que alguns seniores estão votados, permitindo-os comunicar mais facilmente com familiares emigrados ou que vivam em zonas mais distantes, substituindo a correspondência por carta, hoje menos utilizada pelas gerações mais jovens. O seu processo de desconcentração e implementação em todas as freguesias do concelho de Viseu constitui, por si só, um contributo muito positivo para a satisfação das carências de cidadãos com necessidades especiais. Em primeiro lugar, porque estes 34 Espaços ao estarem mais perto do seu local de residência permitirão aos cidadãos com mobilidade reduzida, ou com outros constrangimentos, poderem aceder e utilizar a Internet mais facilmente sem terem necessidade de se deslocar a longas distâncias. A implementação deste projeto permitirá, igualmente e para além do já referido anteriormente, ser mais um canal de comunicação privilegiado com a Autarquia, permitindo, assim, o acesso a informação municipal e a serviços municipais on-line, sem necessidade de se deslocar fisicamente à sede do Município. Em modo de conclusão, resumia a minha intervenção em três aspetos que gostaria de realçar. Primeiro é o aspeto funcional. A possibilidade da utilização da Internet de forma gratuita de toda a comunidade viseense, sem exceção, poder ser utilizada por quem tem contratualizado uma ligação em casa ou por quem não a tenha, ser utilizada por todas as idades, por quem possua mais ou menos competências nas



tecnologias da informação e comunicação, salientando a sua utilização, em todos os territórios do Concelho, quer estes sejam urbanos ou rurais. Segundo aspeto é da competência/conhecimento. Contribuir de forma clara para desenvolver competências e conhecimentos na área das tecnologias da informação e comunicação, uma ferramenta que se generalizou a todos os setores da sociedade, é uma ferramenta de trabalho e de lazer, contribui para uma comunidade infoinclusiva. Terceiro aspeto corresponde à inclusão social. Sem duvida, os equipamentos disponibilizados podem ser instrumentos de educação e de mobilização social, fomentar a participação ativa na sociedade, contribuir para esbater as assimetrias de oportunidades no território, espaços de formação para todos, oportunidade de criação de novas dinâmicas que fomentem a inclusão social. Para 2012 será importante entrar numa 2ª fase de planificação, organização e concretização de novas atividades que permitam ativar e massificar a utilização dos Espaços NetFreguesias. Compete agora às Juntas de Freguesia, com a colaboração do Município de Viseu, aumentar os seus níveis de notoriedade e torná-los mais acessíveis às populações com a organização de programas especiais de férias, cursos de informática, de iniciação à utilização da internet, criação de páginas pessoais nas redes sociais, dirigidos para os jovens e, especialmente, para os seniores. Em nome das 34 freguesias e das populações que representamos, agradecemos, uma vez mais, o empenho do Município de Viseu, na pessoa do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu pela oportunidade que proporcionaram às Juntas de Freguesia em aderir e ser uma parte estratégica importante deste projeto NetFreguesias. Para finalizar desejar um bom ano de 2012 a todos vós, cheio de saúde e paz. Obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Diamantino Santos. Tem a palavra. -----

-DOZE - SENHOR DEPUTADO DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORAÇÃO DE JESUS (PSD) – Bom dia a todos. Senhor Presidente da Mesa, respetivos Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Amigos Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, Público em geral e Comunicação Social se for o caso. Permita-me só Senhor Presidente, neste período festivo, desejar a todos vós e respetivas famílias um ano de 2012 pleno de sucesso, apesar das dificuldades que aí se avizinham. O que aqui me traz tem a ver com duas situações de sinal contrário, no meu entender, mas que manifestam de alguma forma a minha satisfação e também de preocupação. Eu vou ler. A razão da minha intervenção, prende-se com dois factos recentemente ocorridos, de sinal contrário, mas ambos ligados ao quotidiano de todos nós viseenses. O primeiro está ligado à recente inauguração da reinterpretação do nosso Parque Aquilino Ribeiro, nome que homenageia um dos mais ilustres escritores do nosso distrito e que tão bem soube retratar, nos seus escritos, as terras da Beira. Se homenagear Aquilino, ao terem dado o seu nome a esta sala de visitas, é para nós uma justiça elementar, menos não o é, felicitar-mo-nos pela obra levada a cabo pelo Município de Viseu, na requalificação do nosso querido Parque. Presente na cerimónia da sua reabertura, faz hoje exatamente uma semana, pude sentir der perto a alegria e felicidade de todos aqueles que se quiseram associar ao evento. Um dos nossos pulmões, está mais bonito, mais arejado, mais funcional. Respeitando o passado, foi solicitado ao seu autor inicial que o repensasse de novo, ajustando-o aos tempos modernos e às novas exigências. Sem perder a sua história e o seu património, temos um novo Parque, organizado e equilibrado com o casamento perfeito dos três elementos naturais, em que cada um deles assume um destaque muito especial. Apreciamos a facilidade com que nos passeamos nele, através dos seus novos arruamentos, construídos com a genuinidade dos nossos materiais, relevamos o seu mobiliário urbano, funcional e sem ostentações, damos ênfase ao seu magnífico parque infantil onde se



deliciam as nossas crianças e gostamos da preocupação em eliminar barreiras arquitetónicas, tornando-o assim um espaço inclusivo. Mais que um lugar da nossa Freguesia, o Parque é dos Viseenses e de todos aqueles que o queiram visitar. O Parque espera-nos e nós esperamos que todos saibam estar à altura do seu usufruto. Como muito bem disse na cerimónia de inauguração, o Senhor Presidente da Câmara, Doutor Fernando Ruas, cabe-nos a todos a responsabilidade de zelar por aquela magnífica infraestrutura, onde foi gasto dinheiro se todos nós. Exercendo uma cidadania ativa, teremos certamente um Parque limpo, mais seguro e onde todos nos possamos sentir felizes, fruindo um espaço impar, nas horas de lazer e relaxamento. Lugar de partilha intergeracional, justifica plenamente todo o investimento que nele foi feito. Na pessoa do Senhor Vice-Presidente, que neste momento substitui o Senhor Presidente da Câmara, gostaríamos de saudar e agradecer a todos aqueles que concretizaram esta realidade, de termos o nosso Parque de volta, no seu melhor, tornando ainda mais Viseu, uma cidade e concelho onde dá gosto viver e diria eu, conviver ... naturalmente. A segunda nota em sentido contrário e já foi aqui referida várias vezes, tem a ver com o encerramento das estações dos CTT. Na freguesia de Coração de Jesus, fomos uma das freguesias mais profundamente afetadas e de facto não podemos concordar, nesta altura, com aquilo que se está a passar e deixo aqui também para que reflitamos sobre o que fazer, uma leitura muito breve. Os viseenses estão a ser desconsiderados pela administração dos CTT e pelos serviços que não nos estão a prestar. Em pleno Século XXI, vemo-nos confrontados com mais uma prestação de serviços inimaginável, com tempos de espera intermináveis, sem respeito pelos cidadãos e contribuintes. Surda aos nossos protestos e apelos, a administração dos CTT, por questões meramente economicistas, julgamos nós, empurrar-nos para uma situação lamentável, que de todo não merecemos. Não somos uma qualquer cidade ou concelho. Fomos aquela e aquele que mais cresceram no interior do País. Merecíamos outro desígnio e outra seriedade. Não nos conformamos com a falta de respostas a propostas apresentadas e para as quais, ao invés do prometido, apenas responderam com o encerramento. Eu lembro aqui que nós sugerimos a quem nos contactou dos CTT, que tínhamos uma associação interessada porventura em protocolar com eles. A resposta foi o encerramento. Esta comunidade de gente laboriosa merece mais dos senhores dos CTT. Em nome da causa pública e dos bons serviços aos cidadãos, não podemos ficar indiferentes a tanta indiferença. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra à Senhora Deputada Elisabete Farreca. - **-TREZE - SENHORA DEPUTADA ELISABETE MARIA DE ALMEIDA JESUS FARRECA (PSD)** – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Colegas Deputados desta Assembleia, Senhores Jornalistas, minhas Senhoras e meus Senhores. Antes da minha intervenção, queria aproveitar para desejar a todos um ano com muito trabalho, pois só com trabalho, produtividade e valor acrescentado, é que nós vamos conseguir dar a volta à situação em que nos encontramos atualmente. O setor do turismo é atualmente um dos maiores impulsionadores do crescimento económico a nível mundial e em Portugal é também um dos setores mais importantes, desempenhando um papel fundamental na revitalização económica e do emprego, na qualificação da paisagem e na promoção e notoriedade de um local. A atividade turística está a emergir como uma das principais atividades económicas do concelho e é visível o aumento do número de operadores, estabelecimentos, equipamentos e eventos turísticos que existem ou se realizam no concelho. É evidente o incremento do investimento, o aumento do número de postos de trabalho e o aumento de visitantes e turistas. O município tem pautado toda a sua ação, no sentido de contribuir para a afirmação de Viseu no contexto regional, nacional e internacional, promovendo a “Marca Viseu”, como um concelho dinâmico,



atrativo e com qualidade de vida, assente em três vertentes essenciais: a criação de infraestruturas e equipamentos; a realização de eventos e atrações; e a potenciação da imagem de Viseu. Na intervenção escrita sobre a atividade municipal em 27 de julho, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, na Assembleia Municipal, destacou algumas das iniciativas em curso, que contribuem para melhorar o potencial turístico da região, nomeadamente a Reabilitação da Quinta da Cruz, a Ecopista do Dão, a Requalificação da Zona Envolvente às Termas de Alcafache, a Sinalética e Informação Turística e o “Viseu Welcome Center”. Terminou com uma breve alusão aos diversos prémios atribuídos ao município e ao acordo de colaboração, que permitiu a produção da telenovela “Remédio Santo” no Concelho de Viseu. A Câmara Municipal continua a investir em diversas iniciativas, para satisfazer os seus habitantes e atrair cada vez mais visitantes. Desde o verão deste ano, decorreram em Viseu uma série de iniciativas importantes e que provam, mais uma vez, o dinamismo e a capacidade de receção e organização de grandes eventos, nomeadamente a Feira de S. Mateus, a Volta a Portugal em Bicicleta, Viseu Cidade Acessível, o Programa Viseu Naturalmente. Está também em curso o Projeto Vi(r)ver Viseu, que surge de uma parceria com a Turismo Centro de Portugal, para a promoção e dinamização do destino Viseu e propõe uma série de iniciativas de elevado interesse turístico para a região de Viseu, pautando pela diferença, diversidade e inovação de atividades nele integradas. Sentir as mais variadas emoções ao “virar da esquina”: Praças que são palcos, pérgolas transformadas em teatros, jardins que são cinemas, cantos e recantos cheios de surpresas e animação ao longo de toda a cidade: Teatro de Rua, Música e Dança, Animação Infantil, Exposições e Ateliês, Cinema ao Ar Livre, Jardins Criativos, entre outros ... É a expressão cultural e animação local “fora de portas”. Promover e dinamizar a “Marca Viseu”, demonstrar a importância das nossas raízes, aliada aos mais modernos conceitos turísticos e culturais, são os principais objetivos deste projeto, que potencia o crescimento de todos os envolvidos, promotores, parceiros, participantes e visitantes. No Projeto Vi(r)ver Viseu, para além de toda a promoção e divulgação da “Marca Viseu”, incluíram-se inúmeros eventos de grande importância e visibilidade para o município e todo o Concelho: a inauguração do “Welcome Center” de Viseu (o novo Posto e Balcão de Informações Turísticas), as comemorações das Jornadas Europeias do Património e do Dia Mundial do Turismo, (Teatro de Rua com personalidades Históricas Viseenses, representações Históricas, Rotas Temáticas, Fado, Mostra de Artesanato, Exposições de Pintura, ...), o 11º ENAJ (neste fim de semana, a cidade contou com cerca de 1.200 jovens representantes do movimento associativo juvenil nacional), o 17º Encontro Internacional de Turismo (com cerca de 100 Agentes de Viagens e Líderes de Opinião Portugueses Residentes no Estrangeiro, nomeadamente África do Sul, Brasil e EUA), o 27º Congresso Nacional da APAVT (com o tema: Turismo – Prioridade Nacional, reuniu cerca de 500 participantes), e ainda algumas atividades e iniciativas que integram a programação do “Viseu a Minha Terra Natal”. Já no início do ano de 2012, Viseu volta a ser palco de um grande evento internacional, na área da Orientação e Desporto de Natureza: “Portugal O’Meeting 2012”. Executará, ainda, o plano promoção e animação da instancia termal de Alcafache, através do PROVERE. Inaugurará, também, diversos equipamentos de interesse cultural e patrimonial, que se encontram na fase de elaboração de conteúdos, como são os casos do Museu Almeida Moreira, Museu do Quartzo, Casa do Miradouro e Quinta da Cruz. Poderão, ainda, ser fruídos os Caminhos de Santiago e novos Percursos Pedestres no município. Estamos certos que o Município irá continuar a realizar e a apoiar muitas outras iniciativas, que contribuirão para o reforço da imagem de Viseu e a atração de turistas para a região, tirando partido da centralidade e hospitalidade das suas gentes e das suas vantagens distintivas, consubstanciadas nas suas características naturais, no seu património monumental, na gastronomia e vinhos e na qualidade de vida. Muito



Obrigada. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhora Deputada. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Pais Ferrão.-----

-CATORZE - SENHOR DEPUTADO JOSÉ PAIS FERRÃO – PRESIDENTE DA JUNTA

DE FREGUESIA DE REPESES (PSD) – Estava desligado, vou então recomeçar. Senhor

Presidente, finalmente Repeses tem uma Escola do 1º Ciclo completamente adequada às necessidades dos nossos alunos e da Freguesia. Nesta obra de ampliação, realço a construção de mais duas salas de aulas, um gabinete novo para as Senhoras Professoras, um refeitório para as crianças tomarem as suas refeições, devidamente equipado, a construção de uma cozinha, toda ela equipada, não faltando nada como: frigorífico, micro-ondas, máquina de lavar loiça, cilindro, etc. Mas não ficamos por aqui, pois toda a parte antiga foi remodelada, tendo sido o chão revestido a mosaico, colocação de painéis novos, pintura e cortinas. A parte elétrica também foi toda remodelada. Porque o futuro passa pela internet, a Junta e a Câmara atribuíram à Escola: 4 computadores, 4 monitores, 1 impressora, 8 cadeiras, 4 secretárias para instalar na Sala Interativa, a fim de que os alunos possam ter acesso às novas tecnologias – Internet. Realço ainda a colocação de quatro quadros interativos, em todas as salas de aula. A nível exterior, foi construído um passeio em paralelo e ainda na zona frontal, um espaço com relva e rega de aspersão automática. Esta Obra, para mim, tem um valor muito especial, pois todas estas crianças deixam de atravessar a Av. Luís Martins, para almoçar, deixando os seus Pais muito mais descansados, pois sabem que têm os seus filhos em segurança, a almoçarem tranquilamente no novo refeitório. E porque os alunos de hoje serão os homens de amanhã, acredito que Repeses se orgulha deste melhoramento, pois “a Educação é essencial ao desenvolvimento das pessoas e de um País”. Permitam-me uma palavra para todos os que trabalham, aprendem e estão ligados àquele espaço. Uma escola moderna e bem equipada constitui um forte contributo para o sucesso educativo. Uma escola é o que se faz dentro dela. Queria terminar e fazer um agradecimento muito especial ao Doutor Fernando Ruas e aos Senhores Vereadores e não podia deixar de mencionar o Doutor Américo, o Senhor Vereador, pelo apoio colaboração e disponibilidade, desde o primeiro ao ultimo minuto, durante todo o decorrer da obra. Obrigado a todos. Já agora, fora do que aqui trazia escrito, queria também só agradecer, neste momento sei que foi adjudicado já o Parque Infantil na Vilabeira. Era um parque que de facto fazia falta. Neste momento a obra irá decorrer normalmente, é uma obra que eu agradeço pessoalmente e como Presidente de Junta e também os moradores da área e também as crianças que o vão utilizar. Obrigado por tudo. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhor Deputado. Agora a ultima inscrição. O Senhor Deputado António Neves.-

-QUINZE - SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO BATISTA NEVES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOALDEIA (PSD) – Senhor Presidente da Assembleia,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Público e Comunicação Social. A acessibilidade tem que ser hoje encarada como um critério essencial da qualidade de vida dos cidadãos, ultrapassando o seu conceito de critério ligado apenas às pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade. Como dizia a Eng.ª Paula Teles, deficientes somos todos nós, de uma maneira ou de outra. Por exemplo, se tirar os óculos, deixo de ver corretamente o que tenha aqui escrito. Logo sou deficiente. A promoção da acessibilidade e mobilidade para todos e a responsabilização de todos os profissionais e políticos, que desenham as cidades é uma obrigatoriedade, sem a qual, as cidades não terão futuro, porque não serão fortemente competitivas. Com a candidatura ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH), Viseu foi uma das cidades portuguesas pioneiras a apostarem na mobilidade para todos. A Câmara Municipal, através do Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade,



tem vindo a adotar medidas e a desenvolver procedimentos, que conduzem à eliminação de barreiras arquitetónicas e urbanísticas no espaço publico, nos transportes, no edificado e eliminação de barreiras nas tecnologias da informação, na comunicação e design. Nesse sentido e para além de estudos e levantamentos efetuados em todas as freguesias do concelho, foram já realizadas diversas obras, como sejam: o rebaixamento das passadeiras com piso adequado, linhas-guia, semáforos com contagem decrescente e sinal sonoro, grelhas nas árvores, identificação de Braille nos ecopontos e nas placas informativas dos espaços patrimoniais e culturais, apenas para citar algumas. Penso que todos os presentes nesta Assembleia conhecem o muito que se tem feito. De salientar ainda, que o Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade de Viseu apresentou uma taxa de execução de 100%. A Câmara Municipal de Viseu tem promovido vários debates abordando esta temática, tendo realizado também uma Conferencia Internacional sobre a Acessibilidade e Mobilidade para Todos, que teve lugar no mês de outubro de 2010 e onde foi divulgado o Plano relativo a vinte meses de trabalho. A candidatura ao Projeto RAMPA (Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade), já aprovado, irá decorrer de janeiro de 2012 a dezembro de 2013. Este Plano sectorial de Promoção da Acessibilidade tem como objetivo central a estruturação em rede com acessibilidade universal de um conjunto de edifícios com valor histórico, patrimonial e cultural, bem como serviços de hotelaria, serviços de transporte publico e ferroviário, correspondendo a um percurso turístico acessível na nossa cidade. O Município de Viseu candidatou-se também ao Prémio Europeu da Cidade Acessível 2012, uma iniciativa da Comissão Europeia em parceria com o Fórum Europeu da Deficiência, que tem como objetivo destacar e premiar as cidades que adotam iniciativas exemplares, na melhoria das condições de acessibilidade no meio urbano. Concorreram 114 cidades de 23 Estados Membros União Europeia, sendo que Viseu foi uma das 31 cidades pré-selecionadas. Não são obra do acaso, os elogios feitos à nossa cidade por quem nos visita e não será também por acaso, que a população do nosso concelho tem aumentado tão significativamente nos últimos anos. Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria ainda de salientar as várias atividades desenvolvidas pelas Instituições de apoio à deficiência: ateliês ocupacionais, atividades lúdicas e desportivas, entre outras, onde o Município desenvolve um trabalho de parceria e conjugação de esforços, envolvendo todas as Instituições do Concelho que, felizmente, são bastantes. Referir também o apoio da Câmara Municipal à realização da Gala promovida pela Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo (APPDA), na Aula Magna do Instituto Politécnico, no dia 2 de dezembro, a Gala da Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), no Teatro Viriato, no dia 30 de novembro, inserida nas Comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência e que foi um sucesso, com “casa cheia”. Para terminar, gostaria de salientar a realização, no passado 30 de novembro, na Escola Secundaria Alves Martins e também por ocasião das Comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, do Seminário Inclusão e Cidadania – Uma Prioridade, onde foram oradores o Senhor Presidente da Câmara Doutor Fernando Ruas, o Senhor Vereador Guilherme Almeida, o Senhor Provedor do Cidadão Portador de Deficiência Prof. Joaquim Escada, a Eng.ª Paula Teles, Coordenadora da Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade, o autor da já conhecida como telenovela de Viseu e o jovem ator que representa na telenovela o papel de surdo e que é, sem duvida, um bom exemplo para os portadores dessa deficiência. E não esqueçamos, “uma cidade sem obstáculos é uma cidade para todos”. Um bom ano. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhor Deputado. Afinal ainda havia mais uma inscrição. O Senhor Deputado Tiago Escada. -----

-DEZASSEIS - SENHOR DEPUTADO TIAGO MIGUEL MARQUES DOS SANTOS



ESCADA (PSD) – Muito bom dia. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caras Deputadas e Deputados, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Público e Comunicação Social. No passado dia nove de dezembro, o Município de Viseu promoveu a habitual cerimónia de reconhecimento por mérito cultural, educativo, científico e desportivo. Tendo nesta edição envolvido cerca de quatrocentos jovens do nosso Concelho, indicados pelos estabelecimentos de ensino, instituições locais da área da deficiência e outros que se destacaram pela participação cívica ou em projetos de grande relevância. Foram também desta forma distinguidos os melhores alunos de final de ciclo de cada escola dos diversos níveis de ensino (4º, 6º, 9º e 12º ano, ensino profissional e ensino superior), do ano letivo de 2010/2011, e os que se evidenciaram em projetos e iniciativas de âmbito nacional e internacional. É de referir que o número de jovens distinguidos tem vindo a aumentar de edição para edição, o que nos deixa extremamente satisfeitos e confiante no futuro do nosso Concelho, pois é um sinal bem claro do desenvolvimento da nossa comunidade. Ontem, como hoje e certamente amanhã, temos orgulho em ser de Viseu. E já que estou a falar de jovens, o Município de Viseu está, mais uma vez, na linha da frente num projeto direcionado para os jovens, e que, apenas pelo empenhamento já demonstrado, o sucesso do mesmo está garantido. Este projeto refere-se ao “Empreendedorismo nas Escolas” e abrange o 2º Ciclo do ensino básico, o ensino secundário e o ensino profissional, podendo já este ano letivo envolver um número bastante significativo de jovens do nosso Concelho e o respetivo número, também significativo, de professores que recebem formação para depois poderem lecionar. É mais uma prova que só faz sentido e só se acrescenta valor, quando se trabalha com a comunidade Viseense e para a comunidade Viseense, sendo que nesta matéria o Município de Viseu tem sido exemplar. Para terminar, não podia deixar de referir uma oferta feita à Cidade de Viseu, pela comunidade Viseense e amigos de Viseu na África do Sul. E refiro-me ao “Mural a Viriato”, pois é provavelmente por iniciativas como as que referi no início da minha intervenção, que a “semente” de Viseu é colocada, o que origina estas ofertas de Viseenses e amigos de Viseu, há muito afastados da nossa Cidade, mas que nem por isso a esquecem, o que atesta uma expressão 100% genuína e 100% verdadeira. “É que podem tirar um Viseense da sua terra, mas não tiram a terra do seu coração”. Termino, desejando um Bom Ano a todos. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto se há mais algum Senhor Deputado que não tenha intervindo? O Senhor Deputado Rui Santos, não se inscreveu, mas atendendo a que é a ultimo dia do ano e que estamos na quadra natalícia, tem a palavra. -----

-DEZESSETE - SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Senhor Presidente, agradecendo desde já a sua atenção e pedir desculpa por não me ter inscrito, não tive tempo e cheguei atrasado, mas perante estas ultimas intervenções, não ficaria bem com a minha consciência se não dissesse, se não viesse aqui dizer que o Pai Natal não nos trouxe o País governado pelo Bloco de Esquerda, mas temos o Município governado pelo Doutor Fernando Ruas, está tudo bem. Portanto, temos um município onde não falta nada nas freguesias, não falta nada, está tudo contente, está tudo satisfeito, portanto podemos ir embora para casa que não estamos aqui a fazer nada. É a conclusão a que eu chego. Eu tenho muito respeito pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, todos sem exceção, acho que fazem muito bem em vir aqui parabenizar o Executivo Camarário, pelas obras que fazem. Mas também devem vir aqui dizer quais são as carências das vossas freguesias, o que é que gostavam que fosse feito, se calhar há obras que gostavam que fossem feitas, que não são, se calhar há situações que estar resolvidas e não estão. Isto não é só para vir aqui dizer bem, é para dizer, também não é para dizer mal, é para dizer a realidade dos factos. Fico



contente, é como eu digo, vivemos num País, não temos o País liderado pelo Bloco de Esquerda, mas temos o Município governado pelo Doutor Fernando Ruas. Dou-lhe os meus parabéns Senhor Presidente, por aquilo que ouço dos seus Presidentes de Junta de Freguesia, estamos todos satisfeitos. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Esgotámos assim o período antes da ordem do dia. Há algum pedido de esclarecimento? Senhor Deputado faça o favor. Portanto, então é um pedido de esclarecimento ao orador. -----

-DEZOITO - SENHOR DEPUTADO DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORAÇÃO DE JESUS (PSD) – Senhor Presidente, peço que me dispense os cumprimentos, mas de facto esta é a postura que eu acho que o nosso parceiro de coligação tem tido de uma forma geral. Um pé dentro, outro pé fora. Senhor Presidente, nós viemos dizer aquilo que aconteceu de bem as nossas freguesias e as nossas lamentações sabemos onde é que as temos de dirigir. É só isso, Senhor Presidente. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado. Senhor Deputado faça o favor, para responder. -----

-DEZANOVE - SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – É só para lembrar ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coração de Jesus que nós não somos parceiros de coligação no Executivo Camarário. Há aqui uma correção que tem de ser feita, em abono da verdade. Acho muito bem que venha aqui dizer as coisas positivas e aqui também é o local para dizer as que não estão feitas. É só para dizer isto, obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito bem. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para encerrar este ponto. -----

-VINTE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado. Senhor Presidente. Haja coração, como dizia não sei quem, ouvi isso não sei em que lado. Eu queria começar por dar resposta a esta última intervenção e dizer que o Senhor Deputado Rui Santos acabou de justificar porque é que ao longo destes vinte e dois anos perderam todas as Juntas de Freguesia. É, digamos, a melhor demonstração porque é que os Senhores não merecem ser Presidentes de Juntas de Freguesia, porque os Senhores merecem não ter Câmaras Municipais, está demonstrado. É essa postura de arrogância. Também está justificado porque é que os Senhores, comigo nunca teriam coligação aqui, não vale a pena estar-se a afastar, porque não era connosco que a teriam aqui, neste Concelho. É esse tipo de postura que os leva exatamente a dizer isto, olhos nos olhos, mas pronto. Está justificado, mas também não tenho aspeto de Pai Natal. O Senhor tem muito mais de que eu, tem barba e eu não tenho, portanto ficamos por aqui. Bem, agora gostaria de tratar dos assuntos que realmente têm interesse serem tratados. Eu gostaria de me congratular com a proposta e dizer-lhe que faço conta, enquanto Presidente da Câmara, de subscrever essa proposta de atribuição da Medalha de Mérito Municipal à Estação Agrária. Faço-o com todo o gosto, portanto numa próxima reunião farei essa proposta. Depois por aquilo que foi dito mais aquilo que me interessa sublinhar, tem a ver com a intervenção do Deputado Jorge Adolfo, que me deixou aqui alguns comentários e algumas perguntas também e eu gostaria de lhe responder e também comentar algumas coisas que merecem ser comentadas. Eu também lamento o atraso do Parque Aquilino Ribeiro, lamentei desde o início, mas é bom que saibamos porque é que houve este atraso, já foi dito à saciedade, ficamos muito mais descansados é com a qualidade do Parque. Não é o seu caso, eu sei disso, mas há muita gente que ficou extremamente zangada por inaugurarmos o Parque Aquilino Ribeiro. Era capital de queixa que mantinham durante muito tempo, alimentava alguma escrita e ficaram aborrecidos, eu sei que muita gente ficou aborrecida, ainda por cima, como resultou muito bem, mas também voltando a dizer que não é o seu caso, rapidamente, como tive oportunidade de dizer, mudam de direção e



arranjarão outro motivo para criticar, e nós fomos respondendo, pondo as obras à disposição dos viseenses, com atraso algumas, com certeza. Já têm uma, que perguntou aqui, que está atrasada, temos essa consciência, mas para as quais temos explicação. Há uma coisa que eu vos posso garantir, nenhuma das obras atrasou porque a Câmara não dispôs do dinheiro para as pagar e porque a Câmara não disponibilizou os meios técnicos para as acompanhar. Nenhuma delas se atrasou por culpa deste lado, nem uma. Poder-se-á dizer, mas porque é que foi o atraso? Por muitas ordens de razões. Por exemplo a do Museu do Quartzo que está pronta a construção civil, há muito tempo deu-se conta, não fui eu que fiz o projeto, o projeto foi feito, o projeto inicial e oferecido à Câmara por uma das melhores entidades ligadas ao ambiente. Portanto, também cometem erros e deu-se conta, já com a construção civil finalizada que não tinha ar-condicionado. E agora, também uma outra coisa, apesar de entregarmos a uma das melhores empresas do Mundo os conteúdos funcionais, também tem havido falhas na sua entrega, portanto, apenas por isso, toda a construção civil está pronta. Eu já não arrisco, vou fazer como fiz em relação ao Parque, não me arrisco a debitar para aqui quando é a data. A última informação que me dão é que até março ela está pronta a entregar, mas eu não arrisco, não venham depois dizer que é uma obra minha, porque eu arranjei todos os meios. Quando ela estiver pronta nós disponibilizamo-la aos viseenses, como fizemos com o Parque. Até ai, naturalmente que respondo em nome da Câmara pelos ataques sucessivos que me queiram fazer em relação ao Museu do Quartzo. Mas tenho a certeza, tal como aconteceu com o Parque Aquilino Ribeiro, que depois as pessoas vão-se orgulhar do Museu do Quartzo. há de ser motivo para muitos grupos, sobretudo estudantes, irem visitar o Museu do Quartzo, hão de gostar de fruir o Museu do Quartzo e olhar dali a silhueta da Sé. É uma obra que nos agrada depois de apresentar e naturalmente que, se calhar, tem o interesse maior, uma satisfação maior para nós, já que estamos a ser martirizados constantemente por essa situação. Eu apreciei muito, aliás, os seus camaradas mais jovens levaram inclusivamente uma árvore ao Rossio com uma série de presentes. Por acaso, ao contrário do que disseram, ninguém me ofereceu nenhum bilhete para Mangualde nem uns calções, ao contrário do que vem na Imprensa, não sei se tiveram algum receio, mas não o fizeram. Porque eu sugeria-lhes que talvez arranjassem um mealheiro para arranjar algum dinheiro para a Câmara de Mangualde, para pagar à Câmara de Viseu, eventualmente a dívida em apreço, mas pronto. Também queria dizer que não disponibilizámos nenhuma condições diferentes em relação à iluminação de Natal. Se a iluminação de Natal tem esta expressão mais reduzida, não foi por culpa da Câmara. A Câmara disponibilizou exatamente as mesmas coisas que o ano anterior, isto é, só os comerciantes da zona, através da sua Associação Comercial, que pagaria metade da instalação mais o consumo, portanto uma oferta que acho que foi de tal maneira benevolente, que acabámos até por ter uma surpresa, os comerciantes da Rua da Paz associaram-se, fizeram a sua iluminação e não pediram nada à Câmara, apenas o consumo. Acho que neste caso até perderam, porque poderiam ter tido metade do financiamento que a Câmara prometeu e é bom que se saiba porque é que a Câmara faz isto. Naturalmente que a Câmara podia muito bem suportar esta iluminação, mas depois não tinha critério para o resto do concelho, isto é, se eu não tivesse uma proposta bem quantificada de qual era a comparticipação dos comerciantes, bem, podia-se questionar porque é que não iluminam a Av. de Abraveses, ou outra qualquer. Portanto o que nós dizemos é isto, este é o princípio, pagando metade, nós estamos disponíveis para fazer o resto. Fez-me aqui uma pergunta de ordem mais geral, mas eu essa pensava que tinham resposta exatamente na ordem do dia, se eu prevejo cortes na animação cultural? Eu não queria nenhum corte na animação cultural, em termos daquilo que são os grandes projetos. Não vai haver, vamos fazer cortes, mas é de acordo com a redução orçamental que trazemos a esta Assembleia. Com um orçamento enxuto, com 15% de cortes, que é exatamente aquilo que temos e que veio de cortes



resultantes da Administração Central. Curiosamente do seu e do meu Partido, portanto estamos perfeitamente à vontade, porque é quem nos cortou e nos cortam o orçamento, já que estamos no final da linha, portanto temos que obedecer a essas condições. Depois a questão que foi aqui colocada pelo Senhor Presidente de Lordosa, em relação às outras questões que foram colocadas, eu não me pronuncio, nenhuma delas foi colocada diretamente à Câmara, mas já agora dizer o seguinte em relação a uma questão que foi aqui levantada, houve muita gente que ficou muito admirada porque achava que devia ter uma proposta em relação ao encerramento da Rádio Noar e eu queria dizer com toda a frontalidade, disse aquilo que penso, acho que o facto da Rádio Noar, através dos seus proprietários, entregar e fazer um negocio com uma rádio que é propriedade da Renascença, nos deixou descansados e apenas digo isso, não tenho que me meter nos negócios privados. A Renascença é uma rádio e uma instituição que nos merece toda a credibilidade e portanto desse ponto de vista mantenho aquilo que disse, fico descansado com a transferência para a Rádio Renascença, mas quem devia ver esse negócio a montante, não era eu, foi quem o fez. Portanto, ter 106.4 da Rádio X, ou 106.4 da Rádio Y, é-me perfeitamente indiferente, aliás, penso até que podem melhorar muito aquilo que eram as emissões anteriores, portanto fico também a fazer esse apelo aos novos proprietários. Sobre a questão que foi aqui trazida pelo Senhor Presidente da Junta de Lordosa, eu tenho que ler porque não estava cá, peço desculpa, tive que me ausentar, mas fala da NetFregusias. É na nossa perspectiva um ótimo auxiliar colocar ao serviço de todas as freguesias as novas tecnologias e foi um investimento com algum significado que está a infraestruturar o concelho de forma global. Eu juntava a isso, aquilo que tem a ver com o investimento feito, que tem vindo a ser feito nas Escadinhas que também visa um Centro Ciber-Estudo, uma sala de ciber-estudo, exatamente como há no Fontelo, o próprio Espaço Jovem na Rua dos Andrades e uma série de situações que infraestruturam o concelho do ponto de vista das novas tecnologias de uma forma gratuita. Portanto, é com gosto que vemos este desenvolvimento, também em termos daquilo que é uma ferramenta fundamental. Sobre o Parque Aquilino Ribeiro, também foi aqui trazido pelo Senhor Presidente da Junta e dá-me a oportunidade de esclarecer uma questão. Já agora, deixem-me dizer porque é que, por isso é que eu referia que há gente com a língua afiada, também espero que alguma vez não mordam a própria língua, porque alguns eram capazes de ter problemas. Eu vou repetir aquilo que disse, porque vi aí uma crítica, que eu me enganei nas contas e como agora estava no final do mandato, possivelmente ia-me enganar muitas vezes. Eu acho que se há alguma coisa para que tenho alguma propensão é para números e espero não me enganar. O Parque tem doze hectares e meio e a informação que eu tenho aqui escrita é que, entre espaços relvados, hipéricos, sebes, etc., etc., há dezassete mil metros quadrados. É questão de os irem medir, eu penso que há, portanto eu não me enganei nas contas. Houve gente que achou que por eu ser do Sporting, que só falava na relva que é verde, mas não, falei em tudo, relva, sebes, hipéricos, etc., etc. Tudo isso dá, o que é fácil fazer as contas, os 2.5 hectares, deduzidos do parque infantil, dos lagos e dos passeios, é mais ou menos, tenho a certeza que não me enganei mas pronto. Mas fica o esclarecimento feito. Depois sobre os CTT eu gostaria de dizer o seguinte, os CTT tomaram a decisão, uma empresa pública, ou pelo menos como setor empresarial do estado, tomou e gostaria de dizer quem é que tomou essa posição. Nós às vezes temos a ideia e enganamo-nos no tempo, não levamos em conta o desfaseamento temporal, esta decisão foi tomada no governo anterior, pelo Senhor Engenheiro, penso que pelo Presidente dos Correios e que delegou no Engenheiro Pedro Coelho, acho que conhecem bem, esta responsabilidade e acho que simpaticamente veio a Viseu anunciar isso e não só e outras coisas mais e portanto presumo que, sobretudo as pessoas ligadas ao Partido Socialista conhecem bem o Engenheiro Pedro Coelho e saberão as altas funções que desempenha nos CTT. Sobre a questão aqui trazida pela Deputada Elisabete Farreca, eu



fico agradecido pela inventariação tão pormenorizada que fez das atividades culturais, as chamadas atividades mais imateriais que levamos aqui a cabo. Não têm apenas a ver, algumas com a presença física bem assinalada, mas ao conjunto de atividades ligadas à cultura, ao desporto, ao turismo e a todas essas atividades que trouxeram a Viseu milhares e milhares de pessoas e portanto nós continuamos disponíveis para essa situação. Temos, como pode verificar-se com facilidade nas opções do plano e no próximo orçamento, a continuidade assegurada para essas atividades e portanto penso que desse ponto de vista, Viseu está a fazer o seu caminho de uma forma muito concreta. Eu gostaria de vos dar apenas testemunho, não para subscrever, duma história que vi aí e que foi apresentada a público, uma coisa que eu pensei que era nos outros lados, aliás, até me custa, de certo modo, a dizer mas vou, porque vi em publico, mas não gostava de o referir mis nenhuma vez. Em Viseu, cão sim, homem não. Não me lembro que isto seja apanágio dos viseenses, portanto como foi escrito e dado à estampa pública com grande ênfase, eu queria dizer que discordo dessa postura, nem que seja a brincar, mas trouxe isto para dizer o seguinte, nós temos razão para acreditar que em Viseu, Homem Sim e há muita gente, como foi aqui dito, aliás pelo Tiago Escada, que demonstra à sociedade que em Viseu as pessoas não se esquecem que são viseenses, tratam também bem os cães, mas não se substituem. Acho que há porventura alguém que faz essa confusão, mas nós não fazemos. Só para dizer que apesar de ser apoucado, ou tentativa de apoucamento do Mural a Viriato, ele só por si, para além do valor material que tem e não é pouco, é demonstrativo de como é que pessoas fora do País, pessoas de Viseu e alguns amigos de Viseu, eu queria lembrar que naquela lista que consta do Mural, há lá um cidadão do Funchal, cidadãos de Castelo Branco, cidadãos que são apenas amigos de Viseu, mas demonstra à sociedade como é que as pessoas se reveem nesta terra, os altos elogios que fizeram, eu trouxe isto à colação porque ouvi os mesmos elogios das pessoas da APAV que estiveram aqui no Congresso. Nós, às vezes interiormente portamo-nos como o indivíduo que escreveu aquilo que eu disse há pouco, mas as pessoas que veem de fora reconhecem de facto que a comunidade viseense tem feito o seu trabalho, tem-se desenvolvido e é uma comunidade e um espaço atrativo. Sobre a questão aqui trazida pelo Senhor Ferrão, o Senhor Ferrão falou na Escola de Repeses, diz-lhe diretamente respeito e acho muito bem, mas eu alargaria aos investimentos que fizemos nessa matéria e àqueles que estão previstos. O Senhor Ferrão falou apenas na sua escola, a Escola de Repeses que tem um investimento significativo, mas fizemos a mesma coisa em Lustosa, o investimento embora mais pequeno, em Oliveira de Baixo, de mesmo significado em Bigas, no Viso, que está pronto um aumento que custou quatrocentos e cinquenta mil euros, depois inauguramos como é sabido, o Centro Arnaldo Malho e também o Centro Rolando Oliveira. São investimentos de muito significado, vai-se seguir muito rapidamente a construção da Escola Viseu Estrela, como sabem a resolução que encontramos para esse problema que se arrastou indefinidamente, sobre a Escola de Ranhados, tem agora a sua solução, vamos ampliar a Escola da Ribeira, a Escola da Avenida também com uma pequena ampliação, a Escola de Fragosela e a Escola de Povia de Abraveses, são aquilo que estamos a contar fazer nos próximos tempos, em termos de ampliação física na área da educação. Depois e para terminar, aquilo que foi trazido aqui pelo António Neves, para terminar não, tenho ainda outro assunto para tratar, esta questão da cidade inclusiva. É evidente que às vezes questionamo-nos como é que há gente que repara naquilo que vamos fazendo ao serviço dos cidadãos que têm problemas de mobilidade de toda a ordem, mas algumas instancias estão atentas e dão conta disso e é com muito gosto, com muito orgulho até, que nos candidatámos ao Prémio Europeu, não ficámos nos dez primeiros, nos oito primeiros, era assim que era a classificação. Foi ganha por uma cidade, naturalmente que não tem, com a qual não nos podemos comparar, aliás, quem tiver curiosidade há de ver quais foram as cidades que integraram este Prémio e apenas aquelas que ficaram nas trinta e uma



primeiras, em que Viseu ficou, vão ver a dimensão das cidades, das potencialidades que têm e ao País a que pertencem. Portanto ficamos muito orgulhosos também por este trabalho na área que é nova, esta área das acessibilidades era uma área que até aqui não preocupava muito as pessoas, mas que tem aqui no nosso município uma grande preocupação e portanto vamos continuar a desenvolver estes projetos, cumprindo este plano de promoção de acessibilidades, que traçámos devidamente. O último comentário para falar sobre aquilo que foi trazido aqui pelo Tiago Escada e que tem a ver com a cerimónia que fazemos anualmente para distinguir jovens de Viseu. Eu queria apenas dar um número, números apenas em relação à evolução. Nós começámos com estas cerimónias em 2004 e na altura distinguimos 49 jovens, depois em 2005 – 58, em 2006 – 80, 2007 – 162, depois não sei o que é que se passou no ano seguinte, em 2008 apenas 129, depois passamos para 281, depois para 330 e este ano – 375. O que significa que gostosamente já mudámos três vezes de palco físico, para dar resposta a isto. Começámos no Salão Nobre da Câmara, passámos ao Teatro Viriato e agora fomos para a Aula Magna do IPV, aproveito para agradecer aos responsáveis, pela simpatia e pela disponibilidade que demonstram sempre na utilização daquele espaço, mas já com algumas críticas dos Pais, porque não couberam lá todos. Portanto, no próximo ano naturalmente se calhar, iremos para o Pavilhão Multiusos, onde não haverá problema nenhum, mas o que significa que em Viseu esta comunidade tem um número crescente de jovens que se distinguem. Apenas para fazer, não para distinguir de uma forma especial, mas para fazer alusão a um dos jovens que foi premiado. Um dos jovens que foi premiado foi apenas e tão só, o jovem oficial que libertou, ou que salvou, os pescadores de Caxinas. Se calhar, muitos de nós não sabíamos sequer que era viseense e que também, de uma forma muito modesta, apareceu a fazer uma declaração que muito nos sensibilizou, mas sem grande necessidade apareceu nos jornais, como quase ninguém deu conta que o jovem Tenente era de Viseu, mas que apareceu lá também a dar ainda mais colorido e mais orgulho à cerimónia. E gostaria apenas de falar numa outra cerimónia que fizemos, num outro evento, apenas pelo seu significado e que teve a ver com a Conferência que fizemos na Alves Martins. Aproveitámos de uma forma que eu acho correta a presença de duas pessoas da telenovela “Remédio Santo”, mas que fizeram duas exposições notáveis. Uma, o autor disse ente outras coisas e eu vou dizer para não me acusarem que só digo bem também, foi aquilo que ele disse que em Viseu, é das poucas cidades onde era incapaz de deitar uma beata para o chão. Foi dito lá publicamente e depois pelo jovem que faz de facto na telenovela de jovem surdo, dos comentários que fez em relação à cidade é que encontrou aqui as condições como pensava que não existiam no interior do País, mas também pela essência da comunicação foi uma conferência que motivou quem a ouviu e sobretudo, também nos deixou a sensação de um certo conforto interior de que o cidadão deficiente no nosso País, se há lugar que o trata conveniente é nesta comunidade viseense. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito bem. Esgotámos então o período antes da ordem do dia. Vamos passar à ordem de trabalhos. Eu tinha uma sugestão, que penso que colherá a concordância de todos, é que o Ponto um e o Ponto dois fossem tratados em simultâneo visto que têm a mesma temática, independentemente dos Senhores Deputados terem toda a liberdade de colocarem questões, que vão para além destes Pontos. Se estivessem de acordo, seguiríamos este procedimento e eu daria novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para a intervenção sobre a atividade municipal que versa sobre o Ponto dois. -----

- VINTE E UM - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou então ler a intervenção que preparei para esta Assembleia e depois fazer comentários breves, porque muitos deles são inscritos nesta intervenção e naturalmente falarei logo em seguida do primeiro e do Ponto dois da ordem de trabalhos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, nos termos e para os efeitos do



disposto na alínea e) do n.º1 do artigo 53º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira que, previamente, remeti a este Órgão, acompanhada das matérias referidas no nº4 do artigo 68º, introduzido pela Lei nº5-A/2002, de 11 de janeiro. Sem querer menosprezar as demais sessões da Assembleia Municipal que se realizam ao longo do ano, considero que esta, que normalmente se efetua em dezembro, é, porventura, a que mais relevância tem para os destinos do Município, uma vez que se destina à aprovação das “opções do plano e da proposta de orçamento”. Essa importância advém do facto de tanto o Orçamento, como as Grandes Opções do Plano serem um instrumento essencial para gestão pública do município e refletirem a orientação do executivo municipal em prol do progresso do Concelho. Pois, tal como é definido no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, é através do Orçamento e em especial nas Grandes Opções do Plano que eu passo a citar: “... são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local...” Neste contexto e como seria de esperar, a informação escrita sobre a atividade do município que agora apresento é dedicada aos referidos documentos previsionais, ou seja, ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2012. Senhor Presidente, Senhores Deputados. A situação de crise que o nosso País atravessa e que condiciona o contexto político, legislativo, económico e financeiro em que operamos, teve, naturalmente, reflexos na elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o município de Viseu. A necessidade de controlo do défice público, de redução do endividamento externo, ou mesmo a correção de outros desequilíbrios decorrentes de uma prática menos cuidada e reiterada ao longo de anos, por parte da Administração Central, problemas para os quais o município de Viseu pouco ou nada contribuiu, criaram um quadro de constrangimentos que são condicionadores da nossa ação presente e também da nossa ação futura. Uma coisa é certa, quem nos conhece sabe que não é por causa da atual crise, que é evidente, ou das obrigações e pressões externas para resolver um problema que o nosso País não soube ou não quis solucionar atempadamente, que o Executivo municipal, a que presido, vai adotar uma política orçamental e financeira de mais rigor, uma vez que já o fazia Antes, que o vem fazendo e vai continuar a fazer. Tal como no passado e enquanto estivermos à frente dos destinos da Autarquia, iremos manter e continuar a por em prática um princípio que para nós é basilar e pelo qual nunca fomos censurados: A prossecução de uma política orçamental de rigor com o intuito de manter e consolidar o equilíbrio financeiro, bem como continuar a desenvolver e a implementar projetos que são estruturantes para o nosso Concelho. Devido ao rol de dificuldades e fortes restrições orçamentais a nível nacional, vários têm sido os cortes efetuados nas transferências de verbas da Administração Central para as Autarquias. Já por várias vezes nos insurgimos contra estes cortes, em intervenções anteriores, por não permitirem a correção ativa das assimetrias regionais ainda existentes, ou por porem em causa investimentos tão necessários ao dinamismo da nossa economia e por limitarem, substancialmente, a autonomia das Autarquias Locais. A redução drástica das receitas que são, por direito, dos municípios e das freguesias continua a estrangular o seu normal funcionamento, com forte impacto nas populações. Não obstante a nossa incessante procura de novas fontes de financiamento, quer para os vários investimentos, quer para a gestão corrente, a verdade é que para o ano de 2012 se prevê uma redução global das receitas que ronda os 16%, quando comparado com o ano anterior. Nestes termos, o orçamento total das receitas da Câmara Municipal e dos SMAS, de forma consolidada, será pouco superior a 77 milhões de euros. Valor este que é igual para o orçamento das despesas, tendo em conta o princípio legal do equilíbrio que lhe está subjacente. Esta redução deve-se, essencialmente, a uma quebra significativa das receitas com proveniência nas transferências, quer correntes, quer de capital, como já recordei anteriormente. Também, a um decréscimo na previsão de venda de bens de investimento, fruto, em grande medida, do próprio clima de crise



existente. Por outro lado e ao aproximar-se a conclusão do período de vigência do QREN, é notória uma redução substancial dos fundos comunitários disponíveis neste momento. Por fim, verifica-se uma quase impossibilidade de recurso ao crédito bancário para a concretização de projetos de investimento. A conjugação de todos estes fatores, aliado ao sentido de rigor que sempre devotámos à gestão autárquica, condicionou a elaboração do orçamento das despesas de acordo com a redução prevista nas receitas, mas de forma a atenuar possíveis impactos negativos na qualidade de vida dos nossos concidadãos. Senhor Presidente, Senhores Deputados. Convém, igualmente, realçar que apesar da diminuição global dos valores previstos no Orçamento para o ano de 2012, o Município de Viseu, tal como tem vindo a acontecer em anos anteriores, mantém o esforço de “poupar” recursos financeiros correntes, isto é, ter menos despesas correntes do que receitas correntes, em cerca de 3 milhões de euros, no sentido de os aplicar em investimentos e em “atividades mais relevantes”, indispensáveis ao normal funcionamento de serviços que são essenciais aos munícipes. Mantém-se, assim, um objetivo que sempre pautou a nossa atuação, isto é, executar infraestruturas e equipamentos, que genericamente se designam de investimentos, para servir as Pessoas, com a certeza que a sua implementação será geradora de trabalho, de riqueza e de valor, com inegável benefício para a nossa Comunidade Social. Quer ao nível do investimento, quer das atividades mais relevantes, e tendo em conta os constrangimentos já enunciados, houve a necessidade de uma maior racionalização da despesa municipal representada nos dois mapas que constituem as Grandes Opções do Plano, o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais Relevantes, com vista à consolidação dos projetos já em curso e em fase de conclusão, bem como à inclusão de outros que consideramos estruturantes para o município. Analisando, assim e mais em concreto, os dois mapas indicados, é possível denotar que mais de 60% das despesas aí inscritas se destinam a funções sociais, das quais destacamos, por ser aquela que mais peso tem nas dotações do Plano Plurianual de Investimentos, a Educação. Merecem também algum relevo outros objetivos enquadráveis nas mesmas funções sociais, como sejam o “Saneamento e Abastecimento de Água”, a “Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza”, ou a “Cultura, Desporto, Recreio e Lazer”, pelos montantes financeiros que lhes estão destinados. Logo a seguir surgem as funções económicas com 16% dos valores totais previstos nas Grandes Opções do Plano, e depois as funções gerais com 13,5%. E em relação às funções gerais, gostava de evidenciar um projeto que demonstra o grande esforço que continuamos a dedicar à modernização dos Serviços Municipais. Refiro-me ao projeto candidatado ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA), no âmbito do QREN, de modo a reforçar a proximidade com o cidadão e visando uma administração local mais moderna, com ganhos efetivos ao nível da eficiência e da eficácia, quer para os munícipes em particular, quer para a economia em geral. Assim, a Câmara Municipal de Viseu pretende responder de forma mais ajustada aos novos desafios que lhe são colocados diariamente. Através de novas soluções, pretendemos intensificar o processo de modernização administrativa, tirando o máximo partido das novas tecnologias, no sentido da implementação de uma verdadeira política de qualidade na Autarquia. A concretização deste, como de muitos outros projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos, só foi ou será possível com o recurso às fontes de financiamento comunitário, de modo a garantir o equilíbrio financeiro do Município. A propósito, é possível verificar que a apresentação atempada de candidaturas ao QREN, quer no âmbito da Regeneração Urbana, quer no âmbito da “contratualização” com a Comunidade Intermunicipal onde estamos integrados, tem sido conseguida e coroada de sucesso, traduzido na realização de avultados investimentos na Educação, na Mobilidade Territorial e na Revitalização do Centro Urbano. Acresce, ainda, o bem conseguido processo de candidaturas em sede do POVT, com expressão maior na, muito provável, implementação da ETAR Viseu-Sul, investimento de peso muito significativo que vem



sendo preparado há vários anos, mas que só agora poderá ter materialização possível, pois a taxa de cofinanciamento foi significativamente reforçada. Espera, igualmente, o Município, ainda neste âmbito, a sequência do financiamento da linha BEI, determinante para a materialização deste grande e importante equipamento de qualificação ambiental. Senhor Presidente, Senhores Deputados. À semelhança dos anos anteriores, os documentos previsionais submetidos atempadamente à consideração de V. Exas. para aprovação, continuam a traduzir uma atuação e previsão prudentes, no sentido de materializar uma política de investimentos e de despesas relevantes devidamente sustentadas e dinamizadoras da economia, enquanto criadoras de riqueza e de qualidade de vida para toda a Comunidade. Como já tive a oportunidade de lembrar, a precaução e o rigor patentes na elaboração destes instrumentos de gestão do Município têm, obviamente, em conta a situação do País e do seu contexto. Houve, assim, um esforço significativo de os adequar à situação vigente, sem deixar de continuar a prover o Município com as infraestruturas e os equipamentos que é possível executar em prol do bem-estar dos Viseenses. Não hipotecando, para isso, o nosso futuro coletivo. Para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Deixamos, igualmente, à consideração e análise de V. Exas., através das folhas em anexo, as matérias tipificadas no nº 4 do artigo 68º da Lei 169/99, com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, designadamente: Situação financeira, saldo atual das dívidas e outras origens de fundos; Informação prevista na alínea d) do nº 1 do artigo 53º: participações em entidades societárias e não societárias Reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e seu estado, com vista ao acompanhamento legalmente previsto. Se me permite Senhor Presidente, faria aqui uma pequena introdução sobre o orçamento, acrescentando-lhe apenas mais dois ou três coisas do que disse aqui. O nosso orçamento, como disse há pouco, vai ser de setenta e sete milhões, zero sessenta e sete, duzentos e trinta e cinco, há uma pequena falha, falta um número no documento enviado na deliberação, mas percebe-se bem qual é o montante, ele corresponde a sessenta milhões, vinte e sete, trezentos e cinquenta e um da Câmara, dezassete milhões, trinta e nove, oitocentos e oitenta e quatro dos Serviços e portanto tem uma redução, como disse, global de 16%. Fizemos questão de apresentar um orçamento enxuto. Eu, já agora, gostaria de tirar aqui alguma dúvida, houve quem dissesse que nós estávamos a copiar, não sei se há algum autor para os chamados orçamentos de base zero. Eu queria dizer que, por força das circunstâncias e durante muitos anos, fizemos profundamente orçamentos de base zero, inclusivamente com um especialista, um grande especialista italiano. Portanto é uma matéria que conheço muito bem, que não se diga que o orçamento de base zero é propriedade de alguém, é de quem o faz, naturalmente. E sou um defensor dos orçamentos de base zero, sobretudo como medida corretiva para os orçamentos, nem é por imposição nem precisa de estar nalguma Lei. Acho que os orçamentos de base zero funcionam para as instituições um pouco como quando alguém precisa de arejar. Portanto é bom que, quem puder, vir de quando em vez um orçamento enxuto, para não lhe chamar de base zero, é bom que o faça. E já agora, porque é que estou a referir esta situação? Por uma razão, hão de ver e vão encontrar com frequência orçamentos de municípios da nossa dimensão que, nalguns casos, são quase o dobro do nosso, não fiquem assustados porque não é bom sinal, é porque têm que transportar a dívida e quando transportam a dívida, se é grande, naturalmente que o orçamento depois é empolado, mas é para justificar a dívida que transita também. O nosso orçamento é enxuto, o que significa que a sua execução vai ser muito boa, tenho a certeza absoluta e que não tem aqui gorduras, é isso que nós queremos. É evidente que muitas das coisas e esta redução global deveu-se fundamentalmente e eu gostaria de dizer, à quebra das receitas, fundamentalmente das transferências da Administração Central. Lembra-me a este propósito que, além dos PEC's, tivemos uma redução no orçamento deste ano significativa, portanto à Câmara de Viseu, naturalmente não temos as contas



completamente feitas, não é possível, mas eu presumo que desde que começaram os PEC's, nos foram subtraídos cerca de quatro milhões de euros, o que tem naturalmente um significado bastante grande, mas para além disso, junta-se o arrefecimento da economia com a quebra das alienações e também o facto da QREN que está na reta final, o arrefecimento da economia e uma outra coisa, que não sendo despiciente é extremamente importante, a impossibilidade de crédito. Como sabem, uma boa parte do financiamento das instituições pode ser via recurso ao crédito bancário e neste momento está cortado pura e simplesmente. Portanto eu acho que orçamento é um orçamento muito realista, aliás, não sei se aconteceu alguma vez anteriormente, mas fico muito satisfeito e até muito orgulhoso, vou dizer-lo pela primeira vez passados vinte e dois anos, tenho um orçamento na Câmara que não teve um voto negativo, o que significa que é um orçamento que é do Executivo e como sabem, nem sequer os orçamentos não devem ser sequer votados, não precisam de ser votados no Executivo, têm que ser apresentados na Assembleia Municipal, de qualquer maneira, não teve nenhum voto contrário, o que significa que o Partido da oposição que está connosco no Executivo percebeu perfeitamente que adequámos este instrumento fundamental ao contexto do País e às condições que estamos a viver. Era tudo, Senhor Presidente. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado, Senhor Presidente. Pergunto quem é que se quer inscrever neste Ponto? Tenho para já quatro inscrições, muito bem, dou a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

-VINTE E DOIS - SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores e Senhores da Comunicação Social. Da análise que fizemos do Orçamento da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Viseu, retiramos as seguintes conclusões: a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal, incluindo os Serviços Municipalizados, para o ano de 2012, num total de 77.067.234 euros, revela uma redução global na ordem dos 3.277.728 euros, quando comparado com o mesmo documento referente ao ano em curso, sendo que, a previsão orçamental relativamente à Câmara Municipal, diminui em cerca de 16% e a dos Serviços Municipalizados se situa na diminuição na casa dos 11%. Pelo segundo ano consecutivo, nota-se um esforço de contenção, quer no que respeita ao orçamento da Câmara Municipal, quer no dos Serviços Municipalizados, evidenciando uma significativa preocupação com a avaliação das receitas e das despesas, procurando aproximar as previsões da realidade e evitando empolamentos, como se verificava em anos anteriores. Pode afirmar-se que, com estes instrumentos previsionais, o Executivo Camarário se procura ajustar ao nível médio anual de execução orçamental registada em exercícios anteriores, que se têm situado entre 76% e 80%. De alguma forma, os documentos orçamentais que nos foram apresentados também procuram dar resposta à necessidade de colaborar no esforço que a conjuntura económica em que nos encontramos a todos exige, para que o País possa cumprir o Programa de Assistência Económica e Financeira, com que se encontra comprometido. Regista-se uma significativa diminuição nas receitas municipais, que assentam essencialmente em três fontes: receitas próprias que contribuem em cerca de 50%, empréstimos financeiros que fornecem à volta de 2% e transferências da Administração Central cujo montante se situa na ordem de 48%, representando o total de 60.027.351 euros. Verifica-se um aumento na previsão de arrecadação de Derrama o que, em tempo de crise e de recessão, não facilita nem incentiva a atividade económica que se pretende desenvolvida. É significativa a previsível redução da receita proveniente das transferências da Administração Central e percebe-se uma consequente diminuição da despesa, seja na corrente, em cerca de 885.971 euros, ou na de



capital na ordem de 10.131.441 euros, quando comparamos este documento com o seu idêntico relativo a 2011. Não é perceptível, neste orçamento, uma política estrutural de diminuição da despesa, notando-se, ao invés, alguns cortes aparentemente simplistas. O equilíbrio orçamental que se antevê deverá proporcionar uma poupança em recursos financeiros correntes de cerca de 3.098.336 euros, que poderá contribuir para a execução de atividades mais interessantes no âmbito do investimento. Nas GOP não se percebe que, no período de imensas carências sociais que atravessamos, a exigir respostas por parte do município, a dotação para o objetivo Solidariedade Social, com cerca de 1.655.729 euros diminua em relação à que se encontrava prevista para o ano de 2011, em cerca de 20%, evidenciando como prioridades o Meio Ambiente de cerca de 11.850.802 euros, a Educação e Cultura em cerca de 7.928.628 euros, a Mobilidade em 3.101.015 euros, as Atividades Económicas em 3.091.013 euros e as Atividades Desportivas, Cívicas e Recreativas em 2.576.621 euros. O Orçamento relativo aos Serviços Municipalizados para o ano de 2012, no total de 17.039.884 euros, menos 11% relativamente a 2011, será financiado pelas receitas provenientes da venda de água e da prestação de serviços, que representam 52% daquela verba e por transferências de comparticipações comunitárias de projetos cofinanciados e ainda por transferências do orçamento municipal, na ordem dos 48% da mesma verba. O atraso no ressarcimento de verbas relativas a reembolsos de projetos cofinanciados poderão condicionar algumas atividades previstas para 2012 e, por essa via, causar alguns constrangimentos na execução deste orçamento. Mas esta é uma questão de tesouraria, que poderá condicionar o desenvolvimento das Grandes Opções do Plano. Verificamos que, reiteradamente e a exemplo do que se verifica em anos anteriores, mais uma vez, as verbas a atribuir às freguesias não se encontram identificadas, não se conhecendo, concreta e especificamente, com o que conta e para quê, cada uma das 34 freguesias de concelho. Pese embora o esforço, que reconhecemos que este Orçamento e Grandes Opções do Plano refletem no sentido de aproximar a previsão que indiciam, da realidade, tais documentos não traduzem aquilo que a participação do Partido Socialista lhes poderia emprestar. Por tudo o que antes dissemos e atentos ao trabalho desenvolvido pelos Vereadores do PS, na apreciação destes documentos pelo Executivo Municipal e em coerência de sentido de responsabilidade política, o Grupo Municipal do PS nesta Assembleia, abster-se-á na respetiva votação. Muito Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado José Alberto. -----

-VINTE E TRÊS - SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PSD) – Bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Comunicação Social, Membros desta Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores. Depois da brilhante exposição que foi feita pelo Senhor Presidente da Câmara, quase que me escusaria aqui de fazer quaisquer comentários ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2012, no entanto, produzi aqui algumas linhas que vou passar a ler. Aquilo que me traz a esta tribuna, à semelhança do que tem acontecido nos anos passados, são os documentos orientadores para a gestão do Município, as Grandes Opções do Plano e a proposta do orçamento, quer da Câmara Municipal de Viseu, quer dos SMAS, onde estão vertidas as linhas estratégicas da Autarquia para 2012. Contudo, atendendo à época festiva que atravessamos, quero fazer votos que todos tenham passado um bom Natal, bem como desejar que o ano de 2012 concretize os vossos desejos, independentemente dos sacrifícios por que todos temos que passar. Todos estamos devidamente alertados para a situação menos favorável que o País atravessa, a palavra “crise” tornou-se na palavra mais pronunciada no nosso dia a dia e tem reflexo nos aspetos económico, financeiro e política legal e traz repercussões na elaboração das GOP’s e do orçamento do nosso município. Há três anos denunciámos nesta mesma tribuna a



situação de crise com que o País, a Europa e o Mundo Ocidental se debatiam, porém, os nossos governantes, ao tempo, estiveram cegos e surdos aos sinais que continuamente nos chegavam. Alheios a tudo, apesar dos acontecimentos na Irlanda e na Grécia, eis que surge a troika que, em tempo recorde, faz o diagnóstico da situação económico-financeira de um País mergulhado na pior crise por que jamais terá passado. Assim, são impostos um conjunto de medidas tendentes a um controle do deficit das contas públicas, à redução dos níveis de endividamento, entre outros. Todos, mais ou menos de uma forma sentida, seremos penalizados no futuro e ao nosso município, que ao longo dos anos se tem preocupado em fazer uma gestão criteriosa dos recursos, também não lhe passará indiferente. Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Membros desta Assembleia, a este propósito, permitam-me que aqui refira que a Câmara Municipal e os SMAS continuam a pagar atempadamente os seus compromissos, quer a fornecedores, às coletividades e demais utentes, a desenvolver o apoio social aos munícipes carenciados e a desenvolver obras a um ritmo considerável. Para além do que dissemos, teremos que ter em conta que os documentos previsionais que nos têm sido apresentados ao longo dos anos revelam níveis de execução superiores à média nacional, com valores a situarem-se para além dos 75%. Esta situação revela que o controlo orçamental é uma preocupação fundamental, o que é sinónimo de rigor em termos de gestão. Mais do que apresentar documentos previsionais bem elaborados, é preciso fazer a sua monitorização e o seu acompanhamento sistemático, serem analisados devidamente, bem como compreender a sua razão de ser. Senhor Presidente, Senhores Deputados, os documentos agora apresentados para o ano de 2012, são documentos orientadores fundamentais, tal como ficou dito pelo Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção nesta Assembleia, são dos mais relevantes para os destinos do Município. Concordo em absoluto com a sua importância, já que nos documentos enunciados estão expressas as linhas mestras, orientadoras e previsionais de toda a gestão do Município, para o ano que se segue. De facto, há uma redução das receitas, sobretudo as que derivam das transferências da Administração Central, mas também as devidas pela desaceleração da atividade económica, o que se traduzirá numa redução de cerca de 16%. A conjugação desta situação leva-nos a uma diminuição do orçamento de 2011 para 2012 de 90.3 milhões de euros, para 70.06 milhões de euros. Enfatizar e realçar uma previsão de capitalização de receitas correntes de mais de três milhões de euros. As opções do plano e a afetação das rubricas do orçamento da opção estratégica são da competência exclusiva da administração da Autarquia e como constatámos, foi-nos referido na intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que mais de 60% das despesas são destinadas e podemos visualizar nos documentos que nos foram apresentados, mais de 60% das despesas são destinadas a funções sociais, educação, cultura, desporto, etc. e os restante 40% a funções de dinamização da atividade económica e funções de carácter geral, da qual destacamos a modernização dos procedimentos administrativos. Neste particular, este esforço de dotar os sistemas administrativos das novas tecnologias, para uma melhor prestação dos serviços, tornando-os mais eficazes e eficientes. Abandonou-se de certa forma aquilo de que o Executivo vinha sendo acusado, de utilizar exclusivamente a política do alcatrão e do betão. Senhor Presidente e demais membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas, Comunicação Social, quero pois, pela importância que os documentos que hoje estão em discussão têm para a Autarquia, aliado ao rigor e clareza dos mesmos, sou do parecer, bem como da bancada que aqui represento, que deveriam ser votados favoravelmente. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Aberto Vieira. -----
-VINTE E QUATRO - SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Senhor Presidente da Mesa e restante Mesa, Senhor



Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social presente e funcionários em exercício. O Orçamento e o Plano de Atividades são os documentos mais reveladores das opções, das escolhas políticas e das prioridades dos Executivos. Mais do que uma análise meramente contabilística, a previsão das receitas e a descrição das despesas a fazer, interessa ao Bloco de Esquerda verificar de que modo este Orçamento e este Plano de Atividades, se executados, vão ou não contribuir para uma melhor democracia local, para um maior controlo democrático, para uma maior responsabilização dos eleitos, para a resolução ou não das carências da população. Para o ano de 2012 o que há de novo é uma diminuição muito acentuada do orçamento, o total das receitas diminuiu mais de 15%, passando para setenta e sete milhões de euros. Mas este decréscimo não resulta apenas das diminuições das verbas transferidas do Orçamento do Estado e que representam menos de metade das receitas totais. O Bloco de Esquerda sempre se manifestou contra o garrote financeiro que os governos do PSD, CDS/PP e PS têm imposto às autarquias, mas o atual governo PSD e CDS/PP foi mais longe no corte às finanças locais. O pretexto agora é a troika, mas se o combate ao desperdício financeiro fosse a genuína intenção do governo, então não tocaria nas autarquias e atacava por exemplo os benefícios fiscais, absolutamente injustificados em sede de IRC, de mais de mil milhões de euros. Infelizmente, o Executivo Municipal não se tem empenhado, com a necessária firmeza, para o aumento das transferências do Orçamento do Estado para os municípios. O decréscimo das receitas também não decorre pela diminuição significativa nas receitas próprias, impostos municipais e outras receitas, mas neste campo, o Executivo Camarário também tem responsabilidades. A política é fazer escolhas e este Executivo escolheu taxar, por exemplo, a utilização do espaço público por um simples engraxador, um vendedor de castanhas, mas não se empenha em implementar uma taxa pela utilização do espaço público pelas caixas ATM, vulgo Multibanco, ou em melhorar o valor da Derrama transferido para o Município, ou em tornar mais significativo o montante da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, que as operadoras de comunicações eletrónicas deveriam pagar. Eu lembro aqui que nós já apresentámos essa recomendação à Câmara Municipal, no sentido de solicitar à Assembleia da República a alteração do artigo catorze da Lei das Finanças Locais, introduzindo, quanto ao apuramento da Derrama a pagar aos municípios, novos critérios de repartição, como o volume de negócios, ou o valor acrescentado, ou a implantação geográfica, porque o que acontece neste momento é que a atual formula de apuramento da Derrama, que incide sobre a massa salarial, é fiscalmente injusta e penaliza os municípios, principalmente os do interior do País, em que se situam atividades de carácter intensivo, como por exemplo, parques eólicos, barragens, bancos, seguradoras, a GALP e a EDP por exemplo, se tiverem poucos funcionários, relativamente a outros grandes centros, naturalmente pagam menos. Numa barragem, por exemplo, basta lá ter um ou dois funcionários a carregar nos botões e portanto com este critério, pouca Derrama vai para o município, privilegiando assim todos os grandes municípios onde estão as sedes destes sujeitos passivos, uma vez que tem mais expressão este valor, para efeitos de concentração de recursos. O que está também a baixar é a receita proveniente da alienação do património, a venda de terrenos e outros bens municipais, que tem sido um dos instrumentos mais usados pelo Executivo, mas o que isso reflete é a falta de empenhamento em arranjar outras receitas e traduz-se afinal pelo empobrecimento acelerado do município. De tudo isto, das escolhas erradas do Executivo, desta resignação da Câmara em encontrar novos meios de financiamento, está a resultar a quebra brutal no investimento direto, quer dizer, as despesas de capital descem mais de dez milhões de euros e sem investimento, nenhum município pode progredir e até os gastos com a Solidariedade Social baixaram 2%, para 1.6 milhões de euros. a posição do Com estas escolhas, com estas prioridades, o Município de Viseu, em vez de dar o salto em frente que



se impunha, fica condenado por este Executivo a marcar passo. A posição do Bloco de Esquerda não pode ser outra se não a de votar contra este Orçamento e Plano de Atividades. Aproveito também para lamentar, mais uma vez, que não esteja a ser respeitado o estatuto do direito de oposição, que nos pontos três e quatro do artigo quinto diz que, prevê o direito de consulta prévia, estou-me a referir à Lei 24/98 de 16 de maio, que aprovou o estatuto do direito de oposição, o direito de consulta prévia dos Partidos Políticos representados nas Assembleias, tanto de Freguesias como Municipais, que não participam no Executivo e que não tenham assumido pelouro nas Câmaras. Estes Partidos têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos Orçamentos e Plano de Atividades, previamente, é um direito de consulta prévia, que obriga os detentores do poder a consultar a oposição nos orçamentos e opções do plano. Portanto, só estando presente nas propostas quando estas já estão aprovadas, ou estão em vias de o ser na Câmara, o direito de consulta prévia tem um conteúdo mais amplo, visando permitir sugestões e contributos da oposição. Já agora, referiria que em Portugal e congratulo-me porque de facto está a ser posto em pratica um orçamento de base zero, mas em Portugal, a Assembleia da República aprovou em 2010 um projeto-lei do Bloco de Esquerda que determinava que o orçamento elaborado durante o exercício de 2011, fosse um orçamento de base zero. De facto, os orçamentos de base zero são uma das bandeiras por que o Bloco de Esquerda se tem batido e de facto, foi aprovada uma proposta nossa no ano passado na Assembleia da República. Por exemplo, eu li na Comunicação Social que o Senhor Vereador Hermínio Magalhães anunciou que estava concluído, que até ao fim de 2013 estaria concluído, o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho. Uma vez que já existe e só agora é que ficou preparado o pré-diagnóstico social, só há pouco é que foi concluído e o Senhor Vereador assume que este Plano de Desenvolvimento Social do Concelho, como ele disse, só estará concluído no início de 2013, permitiria uma atitude pró-ativa em relação aos problemas sociais do Município, permitindo antecipar problemas na comunidade e evitá-los, através, nomeadamente, da identificação de grupos de risco, em vez da ação que a Autarquia tem tido neste momento, como ele o diz, portanto em reação às dificuldades que veem encontrando em áreas como a habitação e a educação. Lembraria apenas que o Bloco de Esquerda já há muito tempo, no tempo da minha antecessora, da Deputada da altura Graça Marques Pinto, propôs aqui um Gabinete alargado, Multidisciplinar, que fizesse exatamente esse trabalho de diagnóstico e de prevenção das situações de risco e, na altura, foi considerado inútil, porque a Câmara disse que já estava a atuar e que estava perfeitamente a controlar a situação. Como agora se vê pelas declarações do Senhor Vereador, efetivamente o Bloco de Esquerda tinha razão e era necessário um trabalho mais apurado, mais afinado, neste campo, que tarda, por só daqui a um ano é que vai estar pronto. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões. Ainda não. Ainda há mais. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

-VINTE E CINCO - SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, dispense os restantes comentários. Não venho aqui fazer uma análise técnica do Orçamento, as intervenções anteriores já cuidaram de a fazer, o que sobe, o que desce, o que reduz o que não cresce. Nós ficámos a saber que, afinal, o Orçamento tem Pai, os orçamentos de base zero têm Pai, é o Bloco de Esquerda, portanto, metade do caminho já está feito. O CDS pratica uma postura de responsabilidade e de coerência que o tem pautado sempre na sua atuação na Assembleia Municipal. Reconhece o esforço do Executivo Camarário na apresentação deste Orçamento, de o coadunar com a realidade atual do País, com as exigências e os constrangimentos a que todos estamos sujeitos e a que os Municípios não são alheios, antes pelo contrário. Reconhecemos também o esforço de



aproximar o valor do orçamento, ao valor da execução dos anos anteriores e reconhecemos também que podia ser feito, ou que talvez não fosse o orçamento ideal, desejável, talvez o Executivo teria a ambição de fazer mais, não fossem esses constrangimentos a que estamos sujeitos. De uma forma muito rápida dizer que em tempos de crise como estes, em tempos menos bons, em tempos em que é preciso o esforço de todos, é preciso apelar à união comum, o CDS/PP vai ter a arrogância de votar a favor deste Orçamento. E arrogância é concordar quando devemos concordar e arrogância é discordar quando devemos discordar e arrogância também é aceitar a opinião dos outros e às vezes, aqui nesta Câmara, isto é um bocado esquecido. Portanto, nós, de uma forma arrogante, votaremos a favor deste Orçamento e das GOP's. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado, Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões. -----

-VINTE E SEIS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, Senhor Presidente. Estou para ver como é que se distinguem as formas arrogantes das outras. Vamos ver como é, se os votos contam da mesma forma, da mesma forma exatamente. Mas eu queria dizer o seguinte em relação ao Orçamento, para além daquilo que já disse, à guisa de comentário a algumas coisas que foram ditas aqui, se há alguma coisa de que nos orgulhamos na Câmara de Viseu, desde alguns anos a esta parte, é de todo o aspeto orçamental, da questão financeira, queria dizer que nos orgulhamos muito na forma como a Câmara se vem organizando ao longo destes anos, a forma como apresenta as contas, a forma como as explica. Portanto, queria dizer que estamos descansados em relação a essa matéria. Mas eu gostaria de acrescentar algumas coisas sobre aquilo que foi dito aqui pelo Deputado do Partido Socialista, não sei que contas é que fez, eu li na minha intervenção que nós dedicamos 60% às funções sociais, bem, não sei que restrição é que há, 60% são dedicados àquilo que é denominado e é denominado superiormente, por funções sociais. Eu sei onde foi o problema da análise, foi que viu lá uma pequena parcela que é apenas dedicada à ação social, que não são funções sociais, mas também esqueceu-se de um outro pormenor, é que para o bem e para o mal, nós pensamos que para o bem e muito para o bem, nós temos também ação social confiada a uma empresa municipal chamada Habisolvis, portanto que somaria a este montante que aqui analisou. Mas também dizer o seguinte, quando o Deputado do Partido Socialista vem dizer que agora vai ser melhor, pois vai, mas os 60 ou 80% da execução orçamental de cada ano, é no topo das execuções orçamentais do País. Portanto nós já tínhamos uma execução orçamental no topo do País. A maioria das Câmaras com toda a certeza, não por vontade própria, faz exercícios orçamentais entre 40% a 50%, porque há muitas previsões de notações financeiras externas, que depois não se concretizam. A nossa Câmara, há muitos anos, foi fazendo execuções na ordem dos 80% e eu espero que no próximo ano, com o orçamento enxuto, melhore ainda esta situação. Sobre a diminuição do orçamento dos Serviços, ela é perfeitamente natural e vai-se notar em futuros anos, uma queda maior, porque depois da ETAR Viseu Sul feita, os Serviços Municipalizados apenas têm que reparar aquilo que têm feito, porque daqui a pouco têm a taxa de execução de 100%, o que significa que é natural que os investimentos feitos precisem menos de um orçamento maior. Já agora, uma outra coisa que nunca eu faria e não há nada que o imponha na Lei, eu sei que é muito fácil dizer, mas porque é que não se faz isto? Nós nunca discriminaríamos as verbas das Juntas de Freguesias, era o que faltava. Já o dissemos, que as freguesias, é bom que saibam isto, têm as mesmas atribuições e competências dos municípios, as mesmas. O que significa que por acaso, nunca o faria, porque se não, é uma comunidade, os Senhores Presidentes de Junta sabem isso bem. Se houvesse algum problema nalguma freguesia, sempre podiam, o município podia dizer que é o orçamento da freguesia, porque a freguesia tem o mesmo tipo de atribuições e competências, não o faremos, porque também



é o orçamento da Câmara Municipal. Agora querer que nós façamos como um robot e definir as verbas todas, então onde é que está aquilo que é a essência da política, que é a discricionalidade? Nós fazemos discricionalidade no bom sentido, deixem-me dizer-vos, era o que faltava que não o pudesse fazer. Era o que faltava que eu tivesse que discriminar, não atendendo em cada momento que podia fazer mais nesta freguesia do que aquela. Por isso é que nós fazemos com os Senhores Presidentes de Junta as reuniões mensais, que é exatamente para irem apurando se a nossa ação é a mais correta. E vou lembrar aqui um pormenor que não é despiciente, já ocorreu há uns anos, mas é da maior importância, fizemos uma vez uma reunião numa Junta de Freguesia, acho que não está cá o Senhor Presidente por mero acaso e os Senhores Presidentes de Junta da altura que estavam presentes disseram-me naquela reunião, Senhor Presidente, a primeira obra a fazer é o alcatroamento desta Rua Principal, o que significou que toda a gente deu conta que aquilo era uma necessidade. Portanto, a discricionalidade funcionou ali, não tendo necessidade de estar tudo escrito, optamos por fazer o alcatroamento da Rua em causa, é isso que nós queremos fazer, aproximar as comunidades, vendo o que é necessário num sitio e noutra e para isso contamos exatamente com uma coisa que também criamos com muita satisfação, o Gabinete Autárquico, que apanhando tudo aquilo que foi feito nas freguesias, nos permite fazer correções ao longo do tempo e é essa a razão porque nunca discriminaríamos as Juntas de Freguesia. Mas mostramo-lo sempre ao Vereador que tem essa matéria, no Gabinete Autárquico saber-se-á sempre quanto é que foi gasto em cada uma das freguesias. Uma outra observação tem a ver com o diagnostico que foi feito aqui pelo Doutor José Alberto, mas eu só gostaria de realçar, por coincidência de análise que temos tido ao longo destes anos, já o disse, não sei se por termos a mesma escola, fomos colegas de curso, como muita gente saberá, se calhar é por isso que temos posições aproximadas em relação a estes instrumentos de gestão financeira, mas eu gostaria de dizer uma coisa, está desmistificado o facto do município apenas se preocupar com o betão e o alcatrão, preocupamo-nos com o betão e o alcatrão, eu queria dizer-vos que nesta reta final que me falta, ainda hei de fazer muito betão e muito alcatrão, muito, estou mesmo interessado em fazer isso. Portanto, estou mesmo muito interessado em fazer betão e alcatrão, sem contudo deixar de dar resposta aos aspetos sociais, que me parece que também não temos descurado e que podemos apontar como exemplo. Apenas uma situação que foi trazida aqui à colação pelo Doutor José Alberto e que eu gostaria, já o disse noutras situações, gostaria também de o aqui trazer. A situação do País, tal como foi analisada há uns tempos a esta parte, eu também ouvi, faz agora um ano quando tive por responsabilidades da Associação de Municípios, tive que fazer um périplo por todos os Conselhos de Administração dos Bancos instalados no País e os Presidentes dos Conselhos de Administração dos Bancos sabiam qual era a situação correta e até em termos temporais, disseram quando é que o País precisava de ajuda externa, eu ouvi janeiro, fevereiro do ano que agora termina, portanto, só surpreende como é que quem estava por dentro da maquina não sabia isso. Sobre aquilo que foi dito aqui sobre as receitas das castanhas, mal do Município se estivesse à espera das receitas das castanhas e outras coisas, eu também, não como resposta ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, mas também me apetecia citar os Bispos daqui, quando eles dizem: “Perdoai-lhes Pai, que não sabem o que dizem”, a Câmara não viveria destas receitas. Sobre aquela questão dos novos cálculos da Derrama, eu não sei se têm ouvido o que tem dito o Presidente da Associação de Municípios, que por acaso é o mesmo que o Presidente da Câmara de Viseu, que se tem batido para que se volte à regra anterior para a arrecadação da Derrama. Acho-la mais justa, já o dissemos, aliás, esta arrecadação da Derrama, com as novas regras, também os responsáveis foram alertados na altura, tem esta particularidade, insiste muito ou alivia muito as grandes empresas e distribui a receita proveniente da Derrama pelas pequenas empresas o que, naturalmente, não é diferenciável para nós.



Pronto, sobre a ultima intervenção, só dizer ao Senhor Deputado, sem a arrogância do CDS, o seguinte, conciliar com o País é uma obrigação, por uma razão simples, nós até podemos não estar de acordo, podia o Presidente da Câmara não ter na mesma cor, agora conciliar com as preocupações do País, além de obrigação não temos outro remédio, porque a fonte que nos pinga as notações financeiras é lá em cima e nós só temos que adequar, não é por eu ter maior vontade com aqui ouvi dizer, agora é que o Município não tem quando o País precisa de investimento? Está bem, mas como é que isso se faz? Vamos ali ao Banco de Portugal de pistola em punho, dê cá o dinheiro? Temos de adequar de acordo com aquilo que vem. As receitas próprias são de tal maneira diminutas, ainda por cima temos o arrefecimento da economia, que não temos outro remédio. Portanto eu diria, conciliar o orçamento com o orçamento do País é uma obrigação e uma necessidade, não temos outro remédio. Senhor Presidente, muito rapidamente, porque preparei estes dados com muito cuidado, gostaria de os trazer aqui e estava pronto a distribuí-los se algum dos Senhores Deputados quisesse. Eu penso que já acabou um pouco esta música, mas eu gostaria de a trazer. Anos a fio nós fomos acusados nesta Assembleia de praticar taxas máximas, anos a fio. Nos últimos anos, quando tomamos a decisão, eu ia dizendo que nós não aplicamos as taxas máximas. Eu gostaria de deixar aqui, mais, fazia um repto que fosse desmentido, eu tenho aqui num quadro quais são as taxas máximas aplicadas nas capitais de distrito e tenho aqui num quadro quais são as taxas máximas aplicadas no distrito. Portanto, gostaria de dizer que em termos nacionais, Viseu é dos cinco distritos, ou melhor, das cinco capitais de distrito que apresenta a taxa mais baixa. Como sabem, a grande maioria dos distritos apresenta taxas maiores, em termos de distrito somos um dos que apresenta taxas mais baixas. Eu sei que há outros que têm a capacidade de aparecer aí com, dizendo que o Natal veio mais cedo, mas isso é conversa. Estes são os dados, se quiserem recolham as fontes do INE, são estes. Nós aplicamos as taxas mais baixas do País em termos de capital de distrito e apresentamos em termos de distrito, as taxas mais baixas por concelho. Espero que essa musica tenha acabado de vez, porque se alguém tem dado algum contributo, ainda que pequeno, pela via fiscal, porque não temos outro remédio, dar algum fôlego aos investidores e aos cidadãos, somos nós, porque abdicamos de uma parte bem significativa das nossas receitas fiscais. É tudo, Senhor Presidente. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado, Senhor Presidente. Pergunto se alguém quer colocar alguma questão neste Ponto? O Senhor Deputado Alberto Ascensão para a segunda intervenção. Tem três minutos. -----

-VINTE E SETE - SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente do Executivo, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores e Senhores da Comunicação Social. Muito rapidamente até porque não há grandes questões a levantar. Primeiro fazer uma correção, registamos com agrado que o Senhor Presidente do Executivo notasse e anotasse o voto de abstenção, de alguma forma de não reprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano deste ano, mas é o segundo ano consecutivo em que isso acontece. No ano passado quer do Executivo, quer dos nossos Vereadores no Executivo, quer desta Assembleia, foi exatamente o mesmo. Pela segunda vez, o que de certa forma denota uma aproximação relativamente àquilo que seria o nosso Orçamento. Eu tenho que dizer isto sem desvios, relativamente ao problema do enxugamento do orçamento, há aqui só duas ou três questões que eu gostaria de ver esclarecidas. O Senhor Presidente certamente que terá uma explicação, como já deu noutras, que não vou referir e que me deixaram absolutamente esclarecido. Uma delas é porque razão não se reduz a despesa, a despesa corrente na aquisição de bens e serviços que poderia e também nos preocupa um pouco, como já disse na primeira intervenção, o aumento da previsão de receita da Derrama e



pelos mesmos motivos que ali disse e tudo isto poderia, na diminuição desta despesa, poderia ser contrabalançada, por exemplo, com as receitas de capital que aí estão e que me parece que estarão empoladas. Certamente dará algumas explicações para isto, são estes três pormenores que me fazem crer que não se trata 100% de um orçamento de base zero. Do meu ponto de vista, o empolamento das vendas de bens de investimento, como tem acontecido ao longo dos vários orçamentos, este ano menos, mas que me parece empolado e talvez daí a minha reticência, que espero ver esclarecido, relativamente à não coincidência com o orçamento totalmente de base zero. Muito obrigado, era o que tinha a dizer. -----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado, Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição. Pergunto ao Senhor Presidente se quer responder? Tem a palavra. -----

- **VINTE E OITO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – É um minuto, Senhor Presidente, só para dizer o seguinte, eu nunca disse que era um orçamento de base zero. Eu disse que sabia fazer bem os orçamentos de base zero, mas não disse, nem o queria fazer. Disse que era um orçamento enxuto, o orçamento de base zero há de ser uma obrigação legal e na altura o faremos, estamos-nos a aproximar e portanto não há nenhuma necessidade de fazer um orçamento de base zero, é um orçamento enxuto, como disse. Agora, há uma coisa que eu quero dizer, não sei de onde tirou essa ideia de que é possível reduzir mais as despesas correntes, será ainda mais. Lançava aqui um desafio: qual é a Câmara que consegue fazer esta performance ao longo dos anos, de tirar das suas receitas correntes para as despesas de capital? E foi aqui enfatizado para este ano e para o próximo ano, estamos a contar, é um documento previsional, mas tem sido cumprido, retirar três milhões de euros que podíamos, por legislação, dedicar a funcionamento, portanto mais coisas e tiramo-lo para fazer investimento, para as tais obras de betão e alcatrão. Nós estamos a tirar três milhões, com esta crise ainda conseguimos tirar das receitas correntes três milhões para fazer investimento, para fazer despesas de capital. São as explicações que lhe posso dar, naturalmente cortar o orçamento da despesa corrente, mais, ele tem um limite, aliás, tem até uma percentagem em relação à despesa corrente, as despesas de pessoal, portanto ele está perfeitamente definido em termos daquilo que podemos fazer. Não sei, sinceramente, o que podemos fazer mais neste orçamento. Só dizer-lhe uma coisa, eu não fiz nenhuma referência ao facto, de terem no ano passado, já se terem abtido e este ano outra vez. Eu podia até dizer, mas com respeito, começaram a ter juízo, é só apenas isso. -----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, do seu lugar, diz o seguinte: Muito bem. Terminado o debate, vamos passar à votação do Ponto dois – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINA DE VISEU PARA O ANO DE 2012”. *Foi aprovado com 46 votos a favor, 1 voto contra e 10 abstenções.* Passamos agora ao Ponto três – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINA DE VISEU: ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE VISEU-PARA 2012 – ETAR VISEU SUL”. Dou a palavra ao Senhor Presidente para fazer a apresentação. -----

- **VINTE E NOVE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Também muito rapidamente queria dizer, se me permite, que o Ponto três, quatro e cinco, faço-lhe um comentário de ordem genérica que tem a ver com a atividade. Digamos, atividades mais específicas desta Assembleia que é de facto a atividade regulamentária, portanto nós fazemos aqui uma série de regulamentos, alguns para melhorar, outros e é o caso do presente Ponto, por obrigação. Eu queria dizer que este



Ponto três foi uma condição imposta ainda pelo Ministro Nunes Correia, num Diploma em que é necessário rever as condições das prestações, para que o investimento da ETAR Viseu Sul fosse aprovado e portanto tivemos o cuidado de o pôr, eu sei que é decorrente de uma obrigação da União Europeia, mas esta é uma obrigação que o Município apenas teve que fazer para ver aprovado o investimento da ETAR Viseu Sul. Dizer apenas uma outra coisa, que estas novas regras só se aplicam ao saneamento, não ao abastecimento de água e queria dizer também que 60% dos nossos consumidores pagarão no máximo, mais cinquenta e cinco cêntimos por mês. É a alteração, mas como digo, alteração imposta por determinação europeia e por determinação governamental. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado, Senhor Presidente. Pergunto se alguém se quer pronunciar sobre esta matéria? Não tenho nenhum pedido nesse sentido. Vou proceder à votação. Aprovado por unanimidade. Ponto quatro – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “REGULAMENTO DO VISEU SOLIDÁRIO”. Pergunto se alguém se quer pronunciar? Não tenho nenhum pedido nesse sentido. Aprovado por unanimidade. Ponto cinco – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ECOPISTA DO DÃO”. Senhor Presidente tem a palavra. -----

-TRINTA - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Um minutinho, Senhor Presidente. Só para dizer que achamos e vem na sequência da determinação de entregar o futuro tratamento, adequação, limpeza, etc. e utilização da Ecopista à Comunidade Intermunicipal, como sabem, três dos concelhos dessa Comunidade são detentores da Ecopista e portanto achamos por bem haver uma certa homogeneidade em termos de utilização, fazer um Regulamento e esta é a razão porque apresentamos o Regulamento que, com toda a certeza, há de ser aprovado em cada um dos nossos vizinhos, que têm a responsabilidade de ter esta infraestrutura no seu concelho. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado, Senhor Presidente. Pergunto se alguém se quer pronunciar sobre esta matéria? Não tenho nenhum pedido para usar a palavra. Vou proceder à votação. Aprovado por unanimidade. Ponto seis – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “HABISOLVIS, E.M. - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL DE VISEU: ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PROHABIT”. Senhor Presidente da Câmara não tem nada a apresentar? Pergunto se alguém se quer pronunciar sobre este Ponto? Não tenho nenhum pedido de uso da palavra. Vamos passar à votação. Aprovado por unanimidade. Passamos agora ao Ponto sete – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “HABISOLVIS, E.M. - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL DE VISEU: FISCAL ÚNICO – NOMEAÇÃO E REMUNERAÇÃO”. -----

- TRINTA E UM - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Quase sem me levantar, Senhor Presidente, dizer que é uma obrigação a aprovação do fiscal único e incluir a respetiva remuneração, pois é isso que propomos. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito bem. Pergunto se alguém se quer pronunciar sobre esta matéria? Não tenho nenhum pedido de uso da palavra. Vou passar à votação. Aprovado por unanimidade. Ponto oito – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “CEC – CONSELHO EMPRESARIAL DO CENTRO – DESVINCULAÇÃO”. Tenho uma informação por parte do Senhor Presidente, mas de qualquer maneira, penso que é melhor ser o Senhor Presidente a dar. -----

- TRINTA E DOIS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, Senhor Presidente. Se calhar coincide, mas naturalmente eu gostaria de a explicar, porque esta decisão é de uma proposta eminentemente técnica. Como naturalmente era minha



obrigação, pedi aos meus colaboradores na Câmara que fizessem uma análise às participações da Câmara nas diferentes instituições e que nos fossem dando o resultado. Ver se se justificavam ou não e acho que fomos anulando algumas, ao longo dos tempos, nomeadamente da participação na mesa, num grupo Espanhol. Parece-me que é um exercício salutar que se faça de quando em vez. A proposta que foi entregue pelos serviços foi neste momento o ónus financeiro, que na opinião do técnico que a analisou, não tinha contrapartidas depois em termos daquilo que era, eventualmente a participação do CEC. E depois ver com agrado, não tive tempo sequer de contactar o Senhor Presidente do CEC, falar com ele sobre isso, como sabem também, estive ontem em Lisboa a tratar de assuntos da Câmara, mas ouvi o Senhor Presidente do CEC e depois, em termos oficiais, o próprio Senhor Presidente da AIRV deslocou-se à Câmara para fazer apenas uma proposta e portanto nós vemos com muito agrado que se tenha chegado a este entendimento, isto é, o nosso problema é financeiro, aquilo que nos é proposto é que se dispensa uma contribuição financeira e nós continuamos com Membros do CEC. Portanto, a proposta como está apresentada, apenas o que queremos que a Assembleia perceba, é que nos queremos desvincular apenas em termos de apoio financeiro, que tem algum significado, são cerca de cinco mil euros ano, o que significa que este é o aspeto que queremos salvaguardar. Agora, o nosso envolvimento no CEC, se como foi dito, se acharem indispensável, nós estaremos disponíveis e contribuiremos com aquilo que sabemos para o desenvolvimento deste organismo, desta instituição que nós achamos importante, mas tem apenas esta limitação de ordem financeira. -----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado, Senhor Presidente. Pergunto se alguém se quer pronunciar, mas para que fique claro, no fundo a proposta que aqui será votada é a desvinculação de pagar e não a saída do Conselho Consultivo do CEC, para que os Senhores Deputados fiquem com isso bem presente. Senhor Deputado Correia de Campos tem a palavra. -----

- TRINTA E TRÊS - SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Muito obrigado Senhor Presidente e restantes Membros do Executivo, Senhor Presidente, Caros Colegas, Jornalistas. Eu confesso que fiquei um pouco preocupado, agora estou um pouco menos preocupado, depois de ouvir da troca de informações que aqui foi trazida, porque eu habituei-me a ouvir falar do Conselho Empresarial do Centro e até do seu Presidente, que suponho que ainda é V. Exa. Habituei-me a ouvir falar ... já não é? Obrigado. Mas como uma realidade importante e tinha um valor simbólico, fiquei um pouco preocupado quando vi os termos em que está redigida e tenho aqui comigo a informação que foi aprovada pelos Vereadores na Câmara. É evidente que não está em causa o sentido de voto, uma vez que ele será coincidente com o dos nossos Vereadores, mas o que chama a atenção e talvez, não seria mau corrigir isto, porque isto tem um efeito simbólico. É que a informação sobre o Conselho Empresarial do Centro diz que passados seis anos da nossa adesão, cumpre fazer uma análise numa perspetiva de custos/benefícios, importando também refletir sobre o interesse em manter essa participação. Assim, é possível verificar que para o Município, a adesão ao CEC trouxe poucos benefícios e que anualmente a nossa integração tem custos que rondam os quatro mil e quinhentos euros. Neste contexto consideramos que a manutenção da nossa participação na organização em apreço, não corresponde à expectativa inicial que levou à adesão, não se traduzindo em grande benefício para o Município de Viseu. Face ao exposto, sugere-se que se apresente à Câmara a proposta de desvinculação do Município de Viseu do Conselho Empresarial do Centro. O que está escrito Senhor Presidente, com toda a franqueza e lealdade, é diferente daquilo que V. Exa. disse. Portanto a minha proposta era que isso, se estamos todos de acordo quanto à questão, é se o Conselho Empresarial aceita que o do Município de Viseu fique seu Membro sem pagar, talvez conviesse ter um pouco de cuidado em relação às palavras e evitar esta palavra



“desvinculação”, não é simbolicamente uma coisa muito útil para todos nós. Muito obrigado. -----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

-TRINTA E QUATRO - SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Senhor Presidente, comungando um pouco das

preocupações do Senhor Deputado Correia de Campos que me antecedeu, dizer que, em face daquilo que foi a explicação do Senhor Presidente da Câmara, que o CEC estaria na disposição... quando eu puder ter a atenção falarei. Obrigado. Dizia eu, retomando o meu raciocínio o seguinte, em face da explicação do Senhor Presidente, a que o Senhor Presidente deu, eu fiquei sem perceber se o CEC já terá decidido, ou se ia decidir da possibilidade de isenção ou não pagamento da quotização. Eu penso que não faz muito sentido votar esta resolução, porque o que estamos a votar é claramente a desvinculação do CEC, puro e duro, perante o que está escrito, haja ou não haja quotização. No meu entender, face a esta proposta, é que não seja votada, seja retirada, porque a decisão de não pagar a quota, não é do Município, essa decisão compete sempre ao CEC. Portanto, se nós votarmos a desvinculação é a desvinculação pura e dura e haja quota ou não haja quota é a desvinculação. É o meu entendimento. Portanto eu sugiro que seja retirada esta proposta, a não ser que, apesar de não haver quota, deixo essa preocupação entregue às instâncias de informação camarária, apesar de não pagarmos quota, não temos interesse nenhum em estarmos no CEC, isso aí já é outra questão. Se assim é, então votaremos, porque já não faz muito sentido estarmos no CEC, independentemente se há quota ou não, não faz sentido estar agarrado a uma instituição, da qual não retiramos benefícios. Se ele nos é útil e é benéfico para o concelho continuar associado ao CEC, então penso que é de utilidade, retirar esta proposta, para evitar mal entendidos. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Presidente para responder. -----

– TRINTA E CINCO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, Senhor Presidente. Queria antes de mais perguntar se leram os documentos que nós enviamos? Porque me parece que são muito claros, eles resultam de uma informação técnica e as palavras que o Senhor Deputado Correia de Campos trouxe aqui e as palavras que o Senhor Deputado Rui Santos também aqui trouxe são de uma informação técnica. A Câmara não tem por habito cercear informações técnicas, analisa-as. Portanto é uma informação técnica e a pessoa na Câmara que analisou isto chegou a esta conclusão. A Câmara analisou e achou que devia pedir a desvinculação financeira, mas apresentar o documento que está aqui assinado por uma responsável. Portanto, nós aqui vamos decidir o que os Senhores entenderem. A nossa preocupação está aqui clara e perfeitamente expressa por mim, o que nós queremos é ser libertados do pagamento financeiro. Nem sequer vou aqui explorar se tem sido útil, naturalmente se não nos tivesse sido útil, não se tinha desenvolvido e sobretudo, nós na altura envolvemo-nos com o CEC e tenho que o reconhecer também que o CEC era até mais ativo e isso também só tem a ver com mérito do nosso Presidente da Assembleia que era o Presidente do CEC, portanto também reconhecemos isso, mas lá estaremos quando o CEC necessitar, agora, não queremos é estar onerados deste montante, porque em boa verdade foi a análise que fez a técnica que deu o parecer, se somarmos desde 2006 até esta data é uma importância já com algum significado. Nós queremos continuar a estar no CEC naturalmente, desde que nos foi apresentada esta condição de estarmos sem oneração financeira. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito bem. Senhores Deputados, o importante é que fique claro o teor da deliberação. Aquilo que a Assembleia se tem de pronunciar é sobre a deliberação do Executivo, não é sobre o parecer. O parecer técnico é o parecer que alicerça a deliberação do Executivo.



Inicialmente e eu só vou ler a parte que é no fundo a deliberação, deliberando concordar com a proposta de desvinculação do referido Conselho. Teria que ser reformulada esta frase, no sentido em que fique bem claro que a Assembleia Municipal de Viseu votou, por proposta da Câmara Municipal, a desvinculação do pagamento e a manutenção no Conselho Consultivo do CEC. Portanto, como isto fica em ata, ficaria bem claro que depois do debate e da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que o que esteve em apreciação foi a desvinculação do pagamento e a manutenção da Autarquia no Conselho Consultivo do CEC. O Senhor Presidente quer dar mais uma achega. -----

TRINTA E SEIS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Exatamente dizer que é isso, nós não corrigimos o documento porque tivemos conhecimento desta posição do CEC, quer através da Associação Industrial, quer através do seu Presidente, segundo declarações públicas, já depois de lhe termos enviado os documentos. Agora sabe-se qual é a nossa posição. Nós entendíamos na altura que o não pagamento implicava a desvinculação total e assumíamos essa posição. Neste momento, o que nos é dito é outra coisa que nos agrada sobremaneira, “mesmo assim nós achamos importante a vossa presença e sem a prestação financeira” e exatamente nós dizemos que é isso que nós queremos. Portanto, aquilo que eu gostaria é que, independentemente da redação que lhe seja dada, é que esta Assembleia tenha conhecimento de que nós passamos a não pagar a contribuição financeira, de resto estaremos nas convocatórias que o CEC nos quiser fazer.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito obrigado Senhor Presidente. Eu penso que está claro para todos, que aquilo no fundo que está a ser colocado, até como ficou aqui bem patente, factos novos foram trazidos e que levaram a esta reflexão por parte do Executivo. Aquilo que está neste momento em debate é a manutenção da Autarquia no Conselho Consultivo do CEC, ficando desvinculada do pagamento anual a que estava obrigada. Senhor Deputado Correia de Campos tem a palavra. -----

-TRINTA E SETE - SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Muito obrigado Senhor Presidente. A forma absolutamente correta de resolver este problema é como exatamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal há pouco disse, haver uma reformulação escrita da proposta camarária. Assim seria a melhor forma, seria aquela que a todos nós, creio eu, nos dá mais conforto e que ao fim e ao cabo, sintetiza o sentido deste debate, determina o sentido deste debate. Se o Senhor Presidente da Câmara entende que isto é uma coisa que lhe custa muito, bom, estamos na altura do Natal e as palavras foram ditas e para mim a palavra de V. Exa. é ouro de lei e portanto se entendem que não devem de maneira nenhuma, proceder a uma nova proposta, movo-me na versão que o Senhor Presidente da Mesa mencionou e a minha bancada votará favoravelmente nesse sentido. Mas faço um apelo, acho que tudo isto ficaria mais perfeito se realmente a nova deliberação, houvesse uma nova deliberação, não sei se é possível apresentá-la aqui ou se tem que ser cedida no coletivo. Era essa a proposta que faria mas se porventura há outras razões que a gente não deva conhecer, ou que não queira conhecer e se ao Senhor Presidente lhe custa mudar a redação, enfim, a palavra de V. Exa. para mim é ouro de lei e nós aceitá-la-emos. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Nos termos da Lei e do Regulamento, esta é uma proposta do Executivo, que foi objeto de uma deliberação por parte do Executivo e que é trazida aqui à Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal aprova ou não aprova. Há aqui factos subsequentes que se verificaram e eu penso que poderá ser uma solução. Quer usar da palavra Senhor Presidente? -----

-TRINTA E OITO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Eu queria dizer que não é só por estarmos no Natal, deram conta que estou muito calmo e não queria arranjar



nenhum problema artificial agora. O Senhor Deputado Correia de Campos falou por motivos que não se sabem e não sei porquê este emolumento, eu estou disponível para trazer este assunto outra vez, queria é que os Senhores soubessem que nós não pagamos mais. Portanto é mesmo isto que eu queria que os Senhores soubessem, porque pode acontecer o seguinte, se a deliberação decorrer no próximo ano, pode estar a quota já vencida. É isso que os Senhores querem? Aquilo que eu estou a dizer é que nós não pagamos mais, agora, trazemo-la cá numa próxima reunião, não há problema nenhum. Estou convencido que a Câmara aceitava essa redação tal como estou a dizer, mas não há nenhum problema, nós levamo-la outra vez à Câmara, corrigimos e trazemo-la cá. Mas eu queria dizer aqui na Assembleia que a desvinculação financeira, nós assumimo-la a partir de agora. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Muito bem, eu acho que não vale a pena, há aqui uma questão burocrática, digamos assim, procedimental. Eu penso que esta solução que o Senhor Presidente da Câmara acaba de tomar, acho que é a mais adequada, que era não fazer-mos a votação neste Ponto, regressaria ao Executivo para efeitos de nova deliberação, ficando bem patente do debate e da determinação da Câmara, pelo que se considerará sempre esta desvinculação retroativa à data da Assembleia. Penso que assim ficará o assunto esclarecido e escusamos de estar aqui a debater uma questão, que no fundo não acrescenta nada. Portanto, ficou bem claro que a Autarquia entende que se deve manter dentro do Conselho Consultivo do CEC e também se entendeu, das várias intervenções, que se vê isso com agrado, desvinculando-se do pagamento, face ao momento de crise em que estamos e à necessidade de cortar despesas, foi o único argumento que ficou aqui bem expresso. Se estiverem de acordo, estava encerrado este Ponto e era retirado nestes termos que vai ficar ditado em Ata. Evidentemente que quanto ao pagamento fica bem claro que será de desvinculação imediata. De qualquer maneira, está então o assunto ultrapassado. Passamos ao Ponto nove – **Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “REESTRUTURAÇÃO/REORGANIZAÇÃO DA MACROESTRUTURA MUNICIPAL NO ÂMBITO DO DECRETO LEI Nº305/2009, DE 23 DE OUTUBRO; REGULAMENTO ORGÂNICO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU.** Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação. -----

-TRINTA E NOVE SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Só uma explicação, Senhor Presidente. Apenas para dizer que este foi um assunto decorrente da Lei, trouxemos aqui à Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal incumbiu-nos de fazer um trabalho que está aqui apresentado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, do seu lugar, diz o seguinte: Pergunto se algum dos Senhores Deputados pretende pronunciar-se sobre este Ponto? Não tenho nenhum pedido nesse sentido. Vou colocar à votação. *Aprovado por unanimidade.* O Ponto dez, para que fique também em Ata, não irei colocá-la à votação, porque como foi referido no início da Assembleia Municipal, a Mesa reuniu com os Líderes Municipais, com os Líderes Municipais dos grupos municipais e depois por acordo verbal e aqui na Assembleia Municipal, que iria ser criado um Grupo de Trabalho que integraria os quatro Líderes dos grupos municipais mais a Mesa da Assembleia Municipal e para o efeito seria secretariado, portanto presidido este Grupo de Trabalho pela Doutora Paula que pela sua formação jurídica dará aqui também um contributo importante. Portanto, dispensar-nos-íamos de fazer a votação, ficando exatamente em Ata o consenso que foi obtido sobre este Ponto 10. Não há mais nenhum Ponto, também não tenho nenhum pedido da parte do Público para intervir, resta-me, antes de dar por finalizados os trabalhos, agradecer a participação de todos, a forma elevada como todas as reuniões decorreram ao longo deste ano de 2011. Agradecer a forma como colaboraram e formular às Senhoras e aos Senhores Deputados, ao Senhor Presidente da Câmara, às Senhoras Vereadoras, aos Senhores



Vereadores e ao público presente, votos de um bom ano, uma entrada com o pé direito e com a determinação que vai ser necessária para podermos atacar o ano que aí vem. Muito obrigado. Está encerrada a Sessão. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às doze horas e quarenta e oito minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, _____ Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)